



GOVERNO DE
PORTUGAL



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.



RELATÓRIO ATIVIDADES 2014





ACM

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1. Nota do Alto-comissário para as Migrações	5
2. Do ACIDI, IP ao ACM, IP	7
3. Síntese dos principais resultados	8
3.1. Objetivos para 2014	9
3.2. Avaliação final em 2014	9
3.3. Planeamento para 2015	12
II. INICIATIVAS NO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES	14
1. Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	15
2. Serviços de Apoio aos Migrantes	17
2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante	17
2.1.1. Atendimentos	17
2.1.2. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACM	21
2.1.3. Visitas Internacionais	23
2.2. Linha SOS Imigrante	24
2.3. Serviço de Tradução Telefónica	25
2.4. CLAI e Gabinetes de Apoio Especializado	27
2.4.1. Atendimentos	27
2.4.2. Outras iniciativas	28
3. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante	29
4. Programa Mentores para Imigrantes	31
5. Programa Português para Todos	33
6. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes	36
7. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso	38
8. Políticas Locais	42
9. Conselho para as Migrações	45
10. Planos e Conselhos com os quais o ACM colaborou	49
11. Observatório das Migrações	50

(2)

Título:

RELATÓRIO ATIVIDADES 2014

Edição:

Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) - março 2015

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa

Tel. +351 21 810 61 00 Fax. +351 21 810 61 17

acm@acm.gov.pt | www.acm.gov.pt

Design: Building Factory | jv@jorgevicente.com

Produção: Yellowmaster

Tiragem: 500 exemplares

III. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS	54
1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas	55
2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas	57
3. Projeto Mediadores Municipais	59
4. Fundo de Apoio à ENICC	60
5. Observatório das Comunidades Ciganas	61
6. Outras iniciativas	62
IV. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR	64
1. Nova imagem institucional do ACM	65
2. Portal do ACM	65
3. Promoção de eventos de sensibilização	68
V. PROGRAMA ESCOLHAS	70
1. Resumo da execução em 2014	71
2. Planeamento para 2015	81
VI. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO	82
1. A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - 2014	83
2. Comissão permanente da CICDR	86
VII. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	88
1. Redes e projetos internacionais	89
2. Comunicações em conferências e encontros internacionais	91
3. Distinções	92
VIII. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA	94
1. Orçamento do ACM	95
2. Auditorias	98
3. Equipa do ACM e equipa de parceiros	99

(3)

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

(4)

I. Nota do Alto-comissário para as Migrações

O ano de 2014 ficará marcado na história recente deste Alto Comissariado como um ano de mudanças significativas: uma nova lei orgânica, uma atualizada designação, um novo alto-comissário, um renovado plano estratégico, um novo conselho consultivo. Todas estas alterações trouxeram desafios ao novo Alto Comissariado para as Migrações, anteriormente Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

De forma a responder a esses desafios renovados, o caminho iniciado em 2014 foi o de planear e projetar, de forma detalhada, o caminho a percorrer. Ainda que a urgência do agir se fosse impondo com o lançamento de novas iniciativas e projetos, a necessidade de construir os alicerces de forma integrada, partilhada e prospetiva, resultou em dois instrumentos da maior relevância:

- O Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), cujo desenho e consulta pública, em 2014, demonstraram a efetiva mobilização da administração pública e da sociedade civil para a sua operacionalização;
- O Conselho para as Migrações, órgão consultivo onde as instituições públicas, as associações representativas das comunidades migrantes e a sociedade civil dispõem agora de um espaço privilegiado para um trabalho que a todos convoca.

Estas serão duas traves mestras do novo edifício das migrações para os próximos anos. Por isso mesmo, estando definidos os alicerces, o ano de 2015 será o ano em que continuaremos esta reedificação. Uma ação que continuará a assentar no que de melhor foi feito, uma ação que aproveitará o inspirador legado de todos os(as) Alto-comissários(as) que me antecederam, que capitalizará o conhecimento de uma equipa extraordinária que todos os dias continua a fazer o ACM funcionar num nível de excelência e que continuará a envolver os parceiros enquanto estratégia basilar, num estreito trabalho de parceria.

Por isso, após seis meses em funções, e num primeiro balanço das funções que me foram atribuídas, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento a todos os que, em 2014, connosco iniciaram este desafio de nos adaptarmos a uma realidade em mutação. Só desta forma partilhada conseguiremos responder a fenómenos cada mais mais abrangentes e complexos, naquilo que é verdadeiramente uma lógica de governação integrada. O meu obrigado às equipas ACM, aos mediadores, às Associações de Imigrantes e a todos os parceiros institucionais do ACM. Um agradecimento também à Tutela, pelo apoio incondicional ao ACM. A extraordinária avaliação global do ACM em 2014 deve-se a este esforço conjunto.

Numa segunda reflexão, não posso deixar de saudar a forma como, em 2014, mesmo em tempos de crise, o tema das migrações, em Portugal, continuou a ser tratado do ponto de vista político, mediático e social. Continuamos, de forma clarividente, a ter a clara noção de que as migrações são uma enorme oportu-

(5)

RELATÓRIO ATIVIDADES 2014

(6)

nidade, não fossemos nós, nesta matéria, frequentemente os Outros. No final de 2014, no Auditório da Assembleia da República, tivemos oportunidade de lançar o Estudo Decenal “Imigração em Números” e aí, com factos, pudemos – mais uma vez – perceber os enormes contributos das migrações ao nível demográfico, económico, cultural e social.

Esta diversidade exige, contudo, ação. Ação de proximidade que fomente a tolerância e a mistura social e cultural. Estou certo, e tudo farei, para que Portugal continue a pautar-se por níveis de integração que nos devem orgulhar nacional e internacionalmente. É, aliás, da maior relevância a atribuição, em 2014, do prémio internacional *Justiça Juvenil sem Fronteiras* ao Programa Escolhas. Continuamos a ser referência internacional em matérias de integração.

Gostaria de deixar uma terceira reflexão em torno das comunidades ciganas. A implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas tem vindo a dar os primeiros passos. Em 2014, de forma muito determinada, lançámos um conjunto muito alargado de novas ações. É um caminho que iremos prosseguir em 2015.

Convido-vos, assim, a conhecerem o trabalho do ACM em 2014, aqui plasmado neste Relatório Anual de Atividades. Estou certo de que o trabalho aqui vertido nos deve orgulhar, conscientes de que muito ficou por fazer para o ano que se segue.

Convido-vos, finalmente, a mobilizarem-se nas vossas esferas pessoais, sociais e ou profissionais para esta Missão que a todos convoca. A integração e o acolhimento fazem-se, também, de cada um(a) de nós. Na nossa ação cívica.

No mínimo até ao alcance dos nossos braços.

Pedro Calado

Alto-comissário para as Migrações e Coordenador Nacional do Programa Escolhas

2. Do ACIDI, IP ao ACM, IP

O ACM sucedeu-se, em 2014, ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. O Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP, Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. A missão específica do ACM, IP encontra-se consagrada no Decreto-Lei n.º31/2014, de 27 de fevereiro. Nesse sentido, o ACM promoveu em 2014 uma adaptação da sua missão, agora alargada a novos perfis migratórios. Abordando as migrações numa perspetiva moderna, interministerial e interdepartamental e de conjunto, tendo em conta a necessidade de continuar a consolidar o trabalho de acolhimento e de integração, nomeadamente na integração dos descendentes de imigrantes e daqueles que por via da naturalização são agora novos portugueses, novos desafios abriram-se ao ACM e aos seus inúmeros parceiros públicos e privados.

Entre os novos desafios do ACM, destacam-se o défice demográfico que convoca a capacidade de atração, de retenção e de fomento ao regresso, a adequação dos serviços migratórios prestados, bem como integração e capacitação, também dos descendentes de imigrantes e dos novos portugueses.

Estes novos desafios acrescem aos desafios já anteriormente preconizados. Nesse sentido, e face ao ACIDI, o ACM não perde qualquer competência. Apenas acresce em domínios até aí negligenciados.

Estes novos desafios decorrem, antes de mais, do apelo que uma realidade em mutação trouxe a Portugal nos últimos anos. Vimos assistindo a um decréscimo da população imigrante em Portugal, tendência que se manteve também em 2014. Em simultâneo, o ano de 2014 confirma a tendência de aumento da emigração de portugueses para o estrangeiro. Para além de saldos migratórios negativos, Portugal assiste a saldos demográficos negativos, por via da quebra da natalidade e do aumento da mortalidade, o que se constitui como um enorme desafio para o presente e para o futuro do nosso país.

Existem, ainda assim, novos perfis de imigrantes que nos procuram. O número de estudantes internacionais no ensino superior aumentou 109,1% desde 2008. Igualmente o número de descendentes de imigrantes nascidos em Portugal, que, por via das alterações à Lei da Nacionalidade adquiriram a nacionalidade portuguesa, é já superior a 300.000 indivíduos.

Foi esta realidade migratória em permanente mutação que convocou o ACM, em conjunto com outros organismos públicos e com a sociedade civil, a interpretar e agir sobre os desafios emanados dessa mudança. Foi por essa via que o entendimento dos decisores políticos implicou uma renovação da política pública para que os serviços se reestruturassem para melhor responderem aos desideratos que lhes foram formulados. Foi esta nova realidade que mobilizou em 2014 o ACM para uma resposta aos novos desafios da sociedade portuguesa.

(7)

RELATÓRIO ATIVIDADES 2014

A missão do ACM foi prosseguida, em 2014, no contacto direto com os cidadãos por via dos dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – no Porto e em Lisboa e uma extensão em Faro – dos 86 Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, presentes no território continental e Ilhas, e das Linhas Telefónicas SOS Imigrante e Serviço de Tradução Telefónica.

Já o agora redefinido Observatório das Migrações, anteriormente Observatório da Imigração, não estando em contacto direto com estas populações, monitoriza transversalmente os fluxos migratórios e estuda o impacto das migrações, permitindo ajustar continuamente, através das recomendações de políticas públicas produzidas em cada estudo, a adequação dos serviços ao dispor dos cidadãos estrangeiros.

Estes serviços constituíram-se para cumprir as orientações governamentais expressas nos Planos para a Integração de Imigrantes (PII) por que se rege o ACM, brevemente substituídos pelo Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), a par da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), um conjunto de medidas concretas, sociais e ministeriais para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a cooperação e uma contribuição ativa destas populações na sociedade.

Funcionalmente integrado no ACM, o Programa Escolhas, visa promover a inclusão social das crianças e jovens em maior risco de exclusão social, nomeadamente os descendentes de imigrantes e comunidades ciganas.

Todos os projetos desenvolvidos pelo ACM contam com a imprescindível ajuda de diversas equipas transversais, bem como de diversos programas e projetos que aqui poderão conhecer. É em parceria, quer com a sociedade civil, quer com outros organismos da Administração Pública nacional e local, contribuindo para a plena integração dos migrantes e das comunidades ciganas, que o ACM continuará a trabalhar.

3. Síntese dos principais resultados

O ACM, enquanto instituto público, inscreve os seus resultados no consagrado na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública), onde se prevê a avaliação de desempenho de cada serviço assente num quadro de avaliação e responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente e atualizado a partir dos sistemas de informação do serviço.

Do QUAR constam, essencialmente: a missão do serviço, os objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos operacionais anuais, as metas a alcançar, os indicadores de desempenho e respetivas fontes de verificação, os meios disponíveis (humanos e financeiros), o grau de realização dos resultados obtidos na prossecução dos objetivos, a identificação dos desvios e das respetivas causas e a avaliação final do desempenho do serviço.

3.1. Objetivos para 2014

Em 2014, o ACM estabeleceu três objetivos Específicos (OE):

- Objetivo Específico 1 - Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
- Objetivo Específico 2 - Desenvolver ações que promovam a coesão social na sociedade portuguesa valorizando o que nos une, acolhendo o encontro das diferenças.
- Objetivo Específico 3 - Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Por sua vez, os seus objetivos operacionais (OO), distribuídos por parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade, foram os seguintes:

Parâmetro de eficácia:

- OO 1 - Aproximar o ACIDI dos/as suas/seus destinatários/as
- OO 2 - Promover o diálogo intercultural

Parâmetro de eficiência:

- OO 3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos

Parâmetro de qualidade:

- OO 4 - Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado

3.2. Avaliação final em 2014

Os objetivos operacionais corresponderam, por sua vez, a indicadores que permitiram aferir do grau de cumprimento dos objetivos. Assim, em 2014, foram atingidos todos os 8 indicadores propostos:

- Indicador 1 – Visitas de acompanhamento aos projetos do ACM

O indicador 1 teve como resultado um total de 762 visitas efetuadas, sendo que a meta prevista era de 800 visitas com uma margem de erro inferior cifrada em 723 visitas.

- Indicador 2 – Número de Publicações promovidas pelo ACM (em suporte de papel e online)

O indicador 2 teve como resultado um total de 9 publicações, suplantando a meta prevista de 8 publicações e dentro da margem superior cifrada em 11 publicações.

- Indicador 3 – Total de “horas X pessoa” de formação/sensibilização ministradas (a terceiros)

ANO: 2014										
MINISTÉRIO: Presidência do Conselho de Ministros										
SERVIÇO: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural										
MISSÃO: Colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes para a integração das/os imigrantes e das minorias étnicas, bem como na promoção do diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões nos termos da sua orgânica constante do DL 167/2007, de 3 de Maio.										
Objetivos Estratégicos										
DESIGNAÇÃO										
1. Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.										
2. Desenvolver ações que promovam a coesão social na sociedade portuguesa valorizando o que nos une, acolhendo o encontro das diferenças.										
3. Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.										
Objetivos Operacionais										
Eficácia										
Ponderação: 40%										
Peso: 50,0										
O1: Aproximar o ACIDI dos/as suas/suas destinatários/as										
CLASSIFICAÇÃO										
Atingiu										
Peso: 50,0										
CLASSIFICAÇÃO										
Atingiu										
O2: Promover o diálogo intercultural										
CLASSIFICAÇÃO										
Atingiu										
Atingiu										
Ponderação: 25%										
Eficácia										
Ponderação: 25%										

O3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos											Peso: 100,0
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind. 4 Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)	22	26	26	2	22	50%		26	100%	Atingiu	50%
Ind.5 Atendimentos médios por colaborador/a, nos gabinetes do ACIDI, versus o ano anterior	101%	100%	100%	7,5%	125%	50%		104%	100%	Atingiu	52%
Qualidade											35%
O4: Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado											Peso: 100,0
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind. 6 Nº de reclamações com fundamento da responsabilidade do ACIDI apresentadas no livro amarelo	9	12	14	2	9	33%		13	100%	Atingiu	33%
Ind. 7 Tempo de espera médio nos CNAI	-	0:32:00	0:20:00	0:03:00	0:15:00	33%		0:19:18	100%	Atingiu	33%
Ind. 8 Nº de horas de formação por colaborador/a dirigidas aos serviços e equipa ACIDI	20	16	16	2	20	34%		16,9	100%	Atingiu	34%

Fig. 1
- QUAR do ACM em 2014

(E)



O indicador 3 teve como resultado um total de 30.577,7 horas de formação/sensibilização, sendo que a meta prevista era de 32.929 horas, ainda assim superior à margem inferior estabelecida em 28.408 horas.

- Indicador 4 – Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias)

O indicador 4 teve como resultado 26 dias de prazo de pagamentos a fornecedores, precisamente a meta prevista.

- Indicador 5 - Atendimentos médios por colaborador/a, nos gabinetes do ACM, versus o ano anterior.

O indicador 5 teve como resultado 104%, comparativamente ao ano anterior, de atendimentos médios por colaborador/a, dentro da margem estabelecida como erro, cifrada em 107,5%.

- Indicador 6 - Número de reclamações com fundamento da responsabilidade do ACM apresentadas no livro amarelo.

O indicador 6 teve como resultado 13 reclamações com fundamento, abaixo da meta prevista de 14 reclamações.

- Indicador 7 - Tempo de espera médio nos CNAI.

O indicador 7 teve como resultado 0:19:18 de tempo médio nos CNAI, valor abaixo da meta prevista de 0:20:00.

- Indicador 8 - Número de horas de formação por colaborador/a dirigidas aos serviços e equipa ACM

O indicador 8 teve como resultado 16,9 horas de formação por colaborador/a, sendo que a meta prevista era de 16 horas de formação.

Desta forma, em 2014, A taxa de realização da avaliação do QUAR 2014 foi de 100%, o que corresponde à avaliação mais elevada (de nível Excelente) alguma vez obtida pelo ACM nas avaliações QUAR desde 2011 (ano em que cifrou num nível Insuficiente), sendo que em 2012 e 2013 se havia cifrado em níveis Bom. Nesse sentido, a melhor avaliação anual do ACM deve ser registada com muito agrado.

É de salientar que, à data de 30 de junho de 2014, esta avaliação, mesmo ponderados os resultados para o semestre em causa, se encontrava nos 36%, o que significou um enorme esforço de superação no 2º semestre, claramente plasmado no resultado global obtido e que pode ser detalhado no quadro seguinte:

3.3. Planeamento para 2015

O planeamento que agora se apresenta resultou de uma consulta a todos os colaboradores da instituição. Numa reunião geral na qual estiveram os responsáveis de cada gabinete/projeto, realizou-se uma ação

de *team building*, seguida de um diagnóstico participativo (análise SWOT). Fizeram ainda parte dos trabalhos a partilha de projetos e ideias inovadores para a organização. Desta reunião saiu um Plano Geral de Atividades até final de 2015, posteriormente validado pela Tutela.

Assim, para o ano 2015 decidiu manterem-se os objetivos estratégicos 1 e 3, tendo havido alterações no segundo objetivo estratégico. Como tal, o objetivo estratégico 2 para 2015 será: Melhorar a capacidade de intervenção transversal na conceção, execução e avaliação das políticas nas migrações em todas as suas áreas.

Relativamente aos objetivos operacionais e respetivos indicadores, os mesmos apresentam-se no quadro abaixo.

Parâmetro de eficácia:

- OO 1 - Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as

Indicador 1: Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM (meta prevista de 875 visitas)

- OO 2 - Promover a Diversidade Cultural:

Indicador 2: Número de horas de formação/ sensibilização ministradas a terceiros (meta prevista de 29.500 horas)

Indicador 3: Número de projetos de intervenção social de apoio a migrantes (meta prevista de 450 projetos)

Parâmetro de eficiência:

- OO 3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos

Indicador 4: Prazo de pagamentos a fornecedores (em dias) (meta prevista de 27 dias)

Indicador 5: Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAI, face ao ano anterior (meta prevista de 100%)

Parâmetro de qualidade

- OO 4 - Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado

Indicador 6: Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAI apresentadas no livro amarelo (meta prevista de 14 reclamações)

Indicador 7: Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante em minutos (meta prevista de 00.20.00 minutos)

(13)



II. INICIATIVAS NO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES

(14)

I. Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

O II Plano para a Integração dos Imigrantes (II PII) constituiu um importante instrumento político, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010, de 12 de agosto, que visou delinear uma estratégia de abordagem global e integrada de um conjunto de compromissos do Estado na área da integração dos imigrantes cuja implementação decorreu entre 2010 e 2013.

Composto por 90 medidas e 408 metas (anuais e plurianuais), distribuídas por 17 áreas de intervenção, em 2013, o PII teve o seu último ano de vigência. Assim, a partir do início de 2014, e dada a necessidade de ser apresentado um relatório e balanço de execução final do II PII, foi dada especial atenção à recolha, organização, sistematização e compilação da informação sobre as atividades realizadas ao longo de todo o período de execução (2010-2013).

Dada a lógica de trabalho interinstitucional que presidiu à conceção e execução do PII, a Rede de Pontos Focais do PII manteve a sua constituição, com representantes da Presidência do Conselho de Ministros; Ministério da Agricultura e do Mar; Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Economia; Ministério da Educação e Ciência; Ministério da Defesa Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Administração Interna; Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social e Secretaria de Estado da Cultura.

Tendo por objetivo o reporte e a sistematização das atividades realizadas para a concretização das medidas, a Rede de Pontos Focais, em 2014, reuniu em plenário nos dias 5 de fevereiro e 30 de maio. Nesta última reunião foi apresentado o relatório de execução do II PII ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), com a presença e os esclarecimentos da Rede de Pontos Focais.

Apesar das profundas transformações económicas e sociais, com impacto na implementação de algumas medidas, foi possível estar à altura dos desafios, tendo sido notório o empenho e a capacidade das entidades envolvidas na concretização dos grandes propósitos e objetivos deste II Plano para a Integração dos Imigrantes.

A sua avaliação final global, entre metas anuais e plurianuais, no total de 408, apresentou uma taxa global de cumprimento de 79%, o que representou uma importante conquista, cujo mérito se ficou a dever a todos os parceiros dos Ministérios e representantes da sociedade civil envolvidos.¹

Em paralelo - decorrida já a implementação de dois Planos para a Integração de Imigrantes (PII I e II)

.....
1 Para informação mais detalhada poderá ser consultado o relatório final disponível no *site* do ACM no seguinte endereço eletrónico:
<http://www.acm.gov.pt/cfn/4d346c9b80687/live/Relat%C3%B3rio+Final+de+Execu%C3%A7%C3%A3o+do+PII+2010+-+2013>

– e tendo em vista dar continuidade a uma geração de políticas globais e integradas mas adequadas a novas tendências e necessidades, foi realizado um importante trabalho de reflexão com vista ao estudo, planeamento e delimitação de novas áreas de intervenção e medidas que respondam a bloqueios vividos por migrantes em Portugal.

Assim, foi levado a cabo um alargado processo de recolha de contributos, com a auscultação de diversas entidades como os pontos focais do PII, Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (atual Conselho para as Migrações), associações de imigrantes, rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e sociedade em geral, para recolha de informação, bloqueios e necessidades na integração dos migrantes.

Foi, ainda, realizado um estudo comparativo dos Planos para a Integração dos Imigrantes existentes a nível europeu, com o levantamento de informação junto de vários países, através do qual se verificou a existência (ou não) de Planos e, no caso de confirmação da existência, a caracterização da entidade coordenadora, o método de implementação, orçamento e referências para consulta e análise comparativa.

Da reflexão, sistematização da informação e estudos realizados foi constatada uma alteração do perfil migratório bem como a necessidade de responder a novos desafios - como o combate transversal ao défice demográfico; a consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal; a inclusão de novos portugueses; a resposta à mobilidade internacional; o acompanhamento da nova emigração portuguesa - e, neste sentido, foi também alterada a Lei Orgânica do ACM, com a publicação da Lei 31/2014, de 27 de fevereiro.

Dada a amplitude dos objetivos em causa e a adequação de uma agenda para as migrações decorrente das novas atribuições do ACM, depois do II Plano para a Integração dos Imigrantes, impôs-se o desenvolvimento de uma nova estratégia nacional para as migrações a ser articulada transversalmente, cuja conceção esteve em curso ao longo de todo o ano de 2014.

Este Plano Estratégico na área das Migrações é assente em cinco eixos políticos prioritários: I - Políticas de integração de imigrantes; II - Políticas de promoção da inclusão dos novos portugueses; III - Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; V - Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais; e visa o envolvimento de diferentes Ministérios na sua conceção e implementação.

Após a elaboração do enquadramento do PEM - elaborado em estreita articulação entre MADR/ACM, MAI/SEF e MNE/DGACCP - foram solicitadas propostas de medidas aos diferentes ministérios para concretização dos diferentes eixos nas suas áreas de intervenção.

Depois de compilada, sistematizada e trabalhada toda a informação, foi elaborada uma proposta de Plano Estratégico para as Migrações, cuja implementação se prevê vir a ocorrer durante o período de 2015 a 2020.

2. Serviços de Apoio aos Migrantes

2.1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Porto comemoraram em 2014 o seu 10º aniversário, enquanto a Extensão do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, em Faro, comemorou o seu 5º aniversário.



(17)

Figs. 2 e 3 – Visita do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional ao CNAI de Lisboa

Por ocasião do seu 10º aniversário, o CNAI de Lisboa recebeu a visita do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, bem como outras ilustres individualidades.

Continuando a procurar adaptar a resposta dada nos CNAI, foi inaugurado no CNAI de Lisboa, em 2014, e na sequência de uma parceria da Direção Geral do Consumidor, da Mediar- Associação Nacional de Mediação Socio- cultural e do ACM, um novo gabinete: Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado (GAIS).

2.1.1. Atendimentos

Desde a abertura dos Centros e Extensão em Faro, até ao final de 2014, foram realizados nos mesmos, mais de 3 milhões e 500 mil atendimentos (3 624 653).

Em 2014, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante perfizeram um total de 285.430 atendimentos o que representa, comparativamente com o ano de 2013, uma subida de cerca de 2%.

No CNAI de Lisboa, no ano de 2014, registaram-se 158 076 atendimentos, o que significou um aumento de cerca de 8% comparativamente com o ano anterior.

Conforme se pode constatar na tabela da página seguinte, o gabinete com maior número de atendimentos, como habitualmente, foi o Gabinete de Acolhimento e Triagem, com um aumento de cerca de 15% relativamente ao ano anterior.

Com variações positivas há ainda a destacar o Gabinete de Apoio à Habitação e o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante. Foram, contudo, vários os gabinetes de apoio, com descida no número de atendimentos: algumas descidas significativas (superiores a 10%) aconteceram no Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor (menos 13%), Gabinete de Apoio à Qualificação (menos 15%) e Gabinete de Apoio ao Recenseamento (com menos 50%). O Gabinete de Apoio Social, Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar e Gabinete de Apoio ao Emprego, tiveram também em 2014 menos atendimentos do que no ano de 2013.

De entre os gabinetes das Instituições presentes no CNAI de Lisboa, constata-se uma significativa subida de atendimentos no Gabinete de Saúde e no gabinete do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (com mais 55% e 27% de atendimentos respetivamente). O Gabinete de Educação, realizou 1% a mais de atendimentos do que no ano de 2013. Já a Segurança Social, foi o gabinete institucional que sofreu uma maior quebra no número de atendimentos (9%), seguida da Autoridade para as Condições de Trabalho. A Conservatória dos Registos Centrais teve uma ligeira descida no número de atendimentos (3%).



CNAI Lisboa	AT 2013	AT 2014	Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	60491	69409	+15%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	4439	4063	-8%
G. A. Reagrupamento Familiar	5612	5517	-2%
G. A. Habitação	268	386	+44%
G. A. Imigrante Consumidor	4605	4001	-13%
G. A. Jurídico ao Imigrante	5657	5877	+4%
G. A. Emprego	4356	4212	-3%
G. A. Qualificação	839	709	-15%
G. A. Recenseamento	16	8	-50%
G. A. Imigrante Sobreendividado	-	150	n.a.
Instituições			
Saúde	1031	1598	+55%
Segurança Social	22544	20517	-9%
Educação	6196	6250	+1%
Conservatória dos Registos Centrais	3592	3472	-3%
Autoridade para as Condições de Trabalho	6054	5608	-7%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	20640	26299	+27%
Total	146340	158076	+8%

Fig. 4 – Atendimentos no CNAI de Lisboa, em 2014

Em 2014, foram realizados no CNAI Porto, 103.995 atendimentos o que representou uma ligeira descida (de 2,7%), comparativamente com o ano de 2013.

Conforme se pode constatar no CNAI Porto, os gabinetes onde se registaram maior número de atendimentos no CNAI Porto foram o Gabinete de Acolhimento e Triagem (não obstante o mesmo ter tido menos 10% de atendimentos comparativamente com o ano anterior), o gabinete do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o gabinete da Segurança Social (estes dois últimos com valores superiores a 2013).

Nos gabinetes especializados constata-se dois tipos de descidas: uma pouco significativa no Gabinete de Apoio Social e uma maior no Gabinete de Apoio ao Emprego. É de frisar o aumento do número de atendimentos no Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar e Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante.



Por seu turno, o Gabinete de Educação sofreu uma descida significativa no número de atendimentos (em consequência de ter passado a funcionar com um horário mais reduzido). Há ainda a referir a descida do número de atendimentos nos gabinetes da Autoridade para as Condições de Trabalho e da Conservatória dos Registos Centrais.

CNAI Porto	AT 2013	AT 2014	Varição
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	47 443	42 740	- 10%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	618	605	-2%
G.A. Reagrupamento Familiar	2 879	3 124	+9%
G.A. Jurídico ao Imigrante	3 556	3 652	+3%
G.A. Emprego	1 661	1 315	-21%
Instituições			
Segurança Social	18 053	20 438	+13%
Educação	890	591	-34%
Conservatória dos Registos Centrais	8 436	8 233	-2%
Autoridade para as Condições de Trabalho	1 247	1 134	-9%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	22 091	22 163	+0,3%
Total	106 874	103 995	-3%

Fig. 5 – Atendimentos no CNAI do Porto, em 2014

Em 2014, a Extensão do CNAI em Faro, realizou 23.359 atendimentos, o que correspondeu a uma descida de 11%, em comparação com o ano de 2013. À exceção do Gabinete de Apoio Social (que tinha iniciado funções em 2013), os restantes gabinetes/serviços em Faro sofreram uma descida no número de atendimentos efetuados, comparativamente com o ano anterior.

O Gabinete de Apoio Jurídico da Extensão do CNAI em Faro deu continuidade aos atendimentos realizados na Junta de Freguesia de Portimão (tendo realizado 191 atendimentos).

Extensão CNAI FARO	2013	2014	Variação %
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	23489	21025	- 10%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	340	527	+ 55%
G.A. Reagrupamento Familiar	1279	761	- 40%
G.A. Jurídico ao Imigrante	1236	1046	- 15%
Total	26 344	23 359	- 11%

Fig. 6 – Atendimentos na extensão do CNAI de Lisboa em Faro, em 2014

2.1.2. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACM

Os gabinetes de Apoio de iniciativa do ACM, em parceria com associações de imigrantes e ONG, dinamizados por mediadores socioculturais são, desde sempre, uma imagem distintiva dos CNAI e uma mais-valia para o seu funcionamento.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado é o mais recente gabinete dos CNAI: abriu no CNAI de Lisboa, em Fevereiro de 2014, tendo como objetivo informar, aconselhar e acompanhar o cliente bancário que se encontra em risco de incumprir as suas obrigações decorrentes de contrato de crédito, ou que, em virtude da mora no cumprimento dessas obrigações, se encontre em processo de negociação com a instituição de crédito. É ainda objetivo do GAIS prestar apoio ao cliente bancário no âmbito de outras medidas aplicáveis a situações de incumprimento, previsto em legislação especial.

Em 2014, o gabinete realizou 150 atendimentos presenciais, três acompanhamentos ao banco e um atendimento por correio eletrónico. Os atendimentos incidiram sobretudo em informação e aconselhamento no âmbito do PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento) e PARI (Plano de ação para o Risco de Incumprimento), bem como resposta a questões de crédito pessoal. Foram ainda realizadas, no âmbito das atividades do gabinete, 26 ações de sensibilização que chegaram a cerca de 320 destinatários.

Apesar da descida no número de atendimentos, o Gabinete de Apoio Social, em 2014, continuou a articular e a trabalhar em estreita colaboração com diversas instituições, nomeadamente: Santa Casa da Misericórdia, Instituto da Segurança Social, Centro Padre Alves Correia, Assistência Médica Internacional, Médicos do Mundo, Organização Internacional para as Migrações, entre outras. O GAS representa ainda o ACM/CNAI nos seguintes grupos de trabalho: Rede Social (Plataforma Supraconcelhia e Comissão Social de Freguesia), Rede de Apoio aos Sem-Abrigo e Comissão Alargada da Comissão de Proteção de

(21)

Crianças e Jovens de Lisboa (CPCJ) e no Projeto 1/11 da Junta Freguesia de Arroios “Volta ao Mundo em Arroios”.

Relativamente aos Gabinetes de Apoio ao Reagrupamento Familiar, os mesmos continuaram durante o ano de 2014 a apoiar os cidadãos que pretendiam reagrupar/reunir os seus familiares em Portugal. Os assuntos mais abordados no gabinete incidiram sobre pedidos de concessão de cartão de residência, reagrupamento familiar, pedidos de agendamentos e informações para o SEF e Consulados.

O Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE) tendo como função principal, a ajuda na procura ativa de emprego (elaboração de CV e cartas de apresentação, pesquisa de ofertas de emprego disponíveis, candidaturas espontâneas bem como outras metodologias que visam complementar os meios de candidatura). Destaca-se em 2014, por parte do GAE, a dinamização no CNAI de Lisboa, entre Janeiro e Setembro, de um GEPE - Grupo de Entrejuda na Procura de Emprego.

Para além da componente de “apoio na procura de emprego” o GAE integra também o Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (NAE), a funcionar desde 2007. À semelhança do ano 2013, uma percentagem significativa dos atendimentos no Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (cerca de 40%), debruçou-se sobre as formalidades e aspetos legais da criação do Próprio Negócio, seguiram-se as questões sobre o Curso “Apoio à Criação de Negócios” e pedidos de informação sobre apoios Financeiros.

O Gabinete de Apoio à Qualificação realizou, em 2014, 1.183 atendimentos (presenciais, telefónicos e email), tendo sido procurado por cidadãos de 42 nacionalidades diferentes, na sua maioria cidadãos de Países de Língua oficial portuguesa e cidadãos de nacionalidade ucraniana. Os assuntos que mais trouxeram pessoas ao GAQ, estiveram relacionados com “ofertas de formação para adultos”, “ofertas de formação para jovens”, bem como, reconhecimento/equivalência de habilitações superiores.

Em 2014, à exceção do Gabinete de Apoio Jurídico na Extensão do CNAI em Faro, os GAJI de Lisboa e Porto realizaram mais atendimentos do que no ano anterior. De um modo geral, os assuntos mais procurados pelos cidadãos, quando se dirigem ao gabinete, prendem-se com “Direito de Imigração” (regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no território nacional), “Direito Laboral” e “Nacionalidade”. Para além de receber vários visitantes para formação observada no gabinete, o GAJI ministrou ainda formação teórica para colaboradores internos e externos ao CNAI.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor, em 2014, para além do atendimento e informação aos cidadãos, sobretudo em matérias relacionadas com serviços públicos essenciais (onde se inclui os fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel e serviços de internet), garantias de bens de consumo, fiscal (especialmente Imposto Único de Circulação), segurança social e questões relacionadas com o apoio judiciário, passou também a realizar mediação de conflitos entre consumidores e profissionais, bem como a intervir junto das entidades de resolução alternativa de litígios (tribunais arbitrais e Julgados de Paz).

À semelhança do que já tinha acontecido em 2013, o Gabinete de Apoio à Habitação teve um aumento no número de atendimentos comparativamente com o ano anterior, sendo de salientar o crescente pedido de informações relativas a habitação social.

No segundo ano de funcionamento, o Gabinete de Apoio ao Recenseamento, criado com o objetivo de disponibilizar informação aos cidadãos imigrantes, relativamente à capacidade eleitoral ativa e passiva, continuou a ser procurado muito residualmente dado que, durante todo o ano, foram apenas oito os atendimentos neste âmbito.

É ainda de salientar o papel de grande utilidade dos serviços de Pré-Triagem, Gabinete de Acolhimento e Triagem e Espaço Criança, para o bom funcionamento dos Centros.

Refira-se, a título de exemplo, que o Gabinete de Acolhimento e Triagem, no CNAI de Lisboa, recebeu em 2014, 25 formandos para formação observada, provenientes de diferentes serviços internos (nomeadamente novos mediadores, mediadores de outros CNAIS e mediadores de outros gabinetes para reciclagem) e externos (formandos da Rede GIP). O Espaço Criança, por seu turno, recebeu em 2014, 1.855 visitantes sendo Agosto e Setembro os meses com maior número de crianças.

Refira-se igualmente que, em 2014, os mediadores do CNAI participaram em 14 “Saídas de Terreno” em diferentes locais, tais como: escolas, projetos em bairros, centros de formação profissional e Associações de Imigrantes.

Foram ainda diversas as ações de formação ministradas aos colaboradores dos CNAI, nomeadamente, em matérias que versaram, por exemplo, os temas da “Violência doméstica”, “Trabalho não declarado”, “Tráfico de seres humanos”, “Lei da nacionalidade”, “Lei de estrangeiros”, “Higiene e Segurança no trabalho” e “Primeiros Socorros”.

2.1.3. Visitas internacionais

Durante o ano de 2014, continuaram a ser inúmeras as visitas internacionais solicitadas ao ACM para conhecer, entre outros, os serviços do CNAI. O CNAI foi assim visitado por 13 delegações de diferentes países, tais como Bélgica, China, Holanda, Itália, Malta, Moldávia, Geórgia, Polónia ou Turquia.

Destaca-se nestas visitas, a presença da Ministra da Família e Solidariedade Social de Malta, a visita do Representante Regional para a Europa da ONU, do Diretor Executivo da Euclid Network ou do Vice-Ministro Chinês da Religião e das Comunidades.

(23)



(24) Fig. 7 – Visita ao ACM do Vice-Ministro Chinês

2.2. Linha SOS Imigrante

No ano de 2014, a Linha SOS Imigrante, comemorou 11 anos de funcionamento. Desde a abertura ao público em 2003, a Linha SOS Imigrante tem disponibilizado aos cidadãos imigrantes e associações, bem como às entidades patronais, órgãos da administração pública e população em geral, um serviço de atendimento telefónico sobre a temática da imigração.

Atualmente, a Linha SOS Imigrante é constituída por uma equipa de sete mediadores interculturais, provenientes de Associações de Imigrantes e Organizações não-governamentais (com os quais o ACM tem protocolos de parceria), de cinco nacionalidades diferentes, que possibilitam o atendimento em 8 idiomas, tais como o português, crioulo de Cabo Verde, inglês, francês, espanhol, russo, ucraniano, bielorrusso e romeno. Quando é solicitado um outro idioma não existente na Linha SOS, a Linha recorre ao Serviço de Tradução Telefónica.

Com o objetivo de continuar a garantir a qualidade no atendimento, em 2014, os mediadores afetos à Linha SOS Imigrante frequentaram formações no âmbito do Tráfico de Seres Humanos, Violência Doméstica, Higiene e Segurança no Trabalho e Primeiros Socorros.

Para além de disponibilizar informações, a Linha SOS Imigrante também efetua agendamentos para atendimento nos gabinetes de apoio existentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante. Devido a problemas com o *software* de sistema de registos da Linha SOS Imigrante, não foi possível

contabilizar o número de chamadas em 2014, tendo sido registadas apenas no período de Setembro a Dezembro 9.693 atendimentos.

2.3. Serviço de Tradução Telefónica

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) continua, desde 2006, a facilitar a comunicação entre os cidadãos imigrantes e as várias entidades públicas e privadas, através da tradução em formato de conferência telefónica. Deste modo, imigrantes e técnicos dos serviços por ele visitados conseguem o esclarecimento e o entendimento das mais diversas questões, contando com a colaboração de um tradutor/intérprete.

Os imigrantes ou os técnicos de diferentes instituições, públicas ou privadas, têm assim a possibilidade de contactar a Linha SOS Imigrante para solicitar o serviço de tradução. O operador do Serviço de Tradução, por sua vez, e conforme o idioma solicitado, contacta um dos 49 tradutores afetos à bolsa, para que a tradução possa ser efetuada (existindo a possibilidade ser feita no momento ou de ser feito um agendamento para dia e hora específicos).

Na Bolsa de Tradutores encontram-se disponíveis 49 tradutores selecionados para 52 idiomas, nomeadamente:

Albanês	Georgiano	Pidgin (Nigéria)
Alemão	Grego	Polaco
Árabe	Guarani (Paraguai)	Punjabi
Azerbaijão	Guajarati	Romeno
Balanta (Guiné)	Hindi	Russo
Bérbere	Holandês	Sérvio
Bengali	Hungaro	Sonrai
Bósnio	Ibo (Nigéria)	Turco
Búlgaro	Inglês	Ucraniano
Checo	Ioruba (Yoruba -Nigéria)	Urdu (Índia/ Paquistão)
Chinês Mandarim	Italiano	
Chinês Quingtian	Japonês	
Chinês Wenzhou	Kikongo (R. Congo)	
Chinês Xangai	Lingala (R. Congo)	
Crioulo (Cabo Verde)	Lituano	
Croata	Macedónio	
Dari	Mandinga	
Djola	Nepalês	
Espanhol	Nyungwe (Moçambique)	
Farsi	Oloft	
Francês	Persa	

(25)



(26)

No ano de 2014, o STT rececionou 690 chamadas, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 2013, em que tinham sido efetuadas 727 pedidos de tradução.

No que se relaciona com a origem das chamadas, conforme se pode constatar no gráfico abaixo, a maior parte dos pedidos de tradução vem de estruturas ligadas à Saúde (Hospitais e Centros de Saúde), seguido dos serviços do ACM e CLAI e de Organizações não-governamentais.

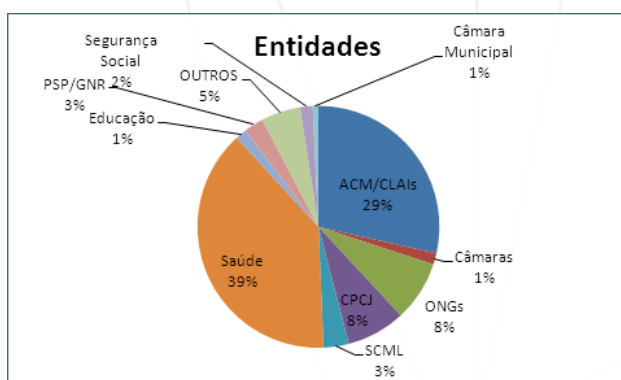


Fig. 8 – Pedidos de tradução no STT

Relativamente aos idiomas mais solicitados, pelo gráfico infra, constata-se que foi o chinês/cantonês/mandarim/xangai, seguido do russo e hindi.

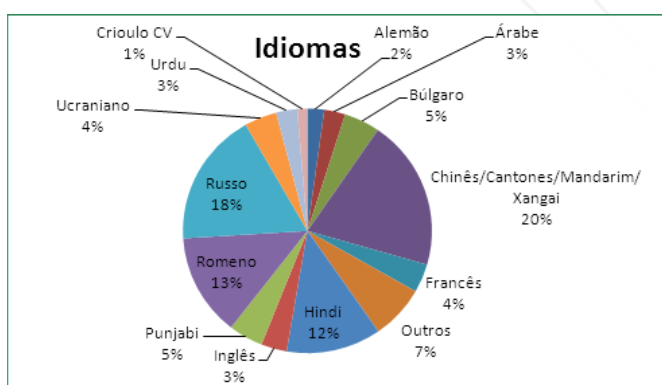


Fig. 9 – Proveniência institucional dos pedidos de tradução no STT

É de salientar que no ano de 2014, em situações de comprovada urgência, foram disponibilizados através da bolsa de tradutores do STT, traduções presenciais, nomeadamente nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e em Hospitais.

2.4. CLAI e Gabinetes de Apoio Especializado ao Imigrante

O ano de 2014 revelou-se um período de transição da Rede CLAI (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes), na sequência da rescisão dos protocolos entre o ACM, I.P e as Entidades da Sociedade Civil cofinanciadas ao abrigo do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) do Fundo Social Europeu.

Em Janeiro de 2014, o ACM, I.P, enquanto Autoridade Delegada do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), publicou o Anúncio IA1 do Programa anual de 2013, abrindo durante esse mês um período de candidaturas, que conferiu a possibilidade às referidas entidades de se candidatarem em igualdade de circunstâncias com todas as outras, a financiamento com Projetos na área do Acolhimento, Integração e valorização da Interculturalidade, na qual estava previsto as atividades de gabinete de apoio geral, informação e encaminhamento e gabinete de informação e apoio especializado.

O GTCLAI foi uma das equipas que esteve envolvida no processo de análise e aprovação de candidaturas, do qual resultaram 29 Gabinetes de Informação Geral (CLAI) e 71 Gabinetes de Apoio Especializado ao Imigrante (GAEI), em diferentes áreas temáticas, tais como apoio jurídico, social, psicológico, saúde, emprego e outros. Estes gabinetes juntaram-se aos CLAI de autarquia (45) e outros da Sociedade Civil (quatro deles sem financiamento), com os quais mantivemos as parcerias, ficando a Rede CLAI e GAEI, a partir de Abril de 2014 constituída por um total de 149 gabinetes, com uma cobertura nacional descentralizada por 19 distritos e 67 concelhos de Portugal Continental e Ilhas, consolidando desta forma o processo de integração dos cidadãos imigrantes e Nacionais de Países Terceiros, oferecendo uma maior diversidade de respostas por áreas especializadas.

2.4.1 Atendimentos

Em 2014, a Rede CLAI e GAEI realizou um total aproximado de 80.652 atendimentos, sendo que 68.414 atendimentos respeitam aos gabinetes CLAI e 12.238 atendimentos foram efetuados pelos GAEI. Quanto ao perfil dos atendimentos, e no que respeita aos gabinetes CLAI o assunto mais comum continua a ser a regularização da situação migratória a semelhança dos anos anteriores. No total, os atendimentos registados abrangem 120 nacionalidades diferentes, sendo as primeiras cinco: a brasileira, a cabo-verdeana a guineense, a angolana e a ucraniana. O apoio foi prestado maioritariamente a imigrantes de sexo feminino. Em relação à faixa etária, o apoio foi prestado maioritariamente a cidadãos com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos. No que respeita os GAEI, os assuntos prendem-se pelas áreas de especialização, sendo o perfil dos atendimentos muito diversificados.

(27)

O Grupo de Trabalho CLAII, equipa do ACM que coordena os CLAII e GAE, e que agora integra também a coordenação da Rede GIP Imigrante um projeto do ACM em parceria com o IEFP, integrou na Plataforma desta Rede de Gabinetes de Inserção Profissional, os novos gabinetes de emprego que constituem a Rede CLAII E GAEI. A Rede GIP Imigrante efetuou 8.976 atendimentos, aos quais se juntam os 1.354 dos GAEI (Emprego), totalizando 10.330 atendimentos sobre a temática de Emprego.

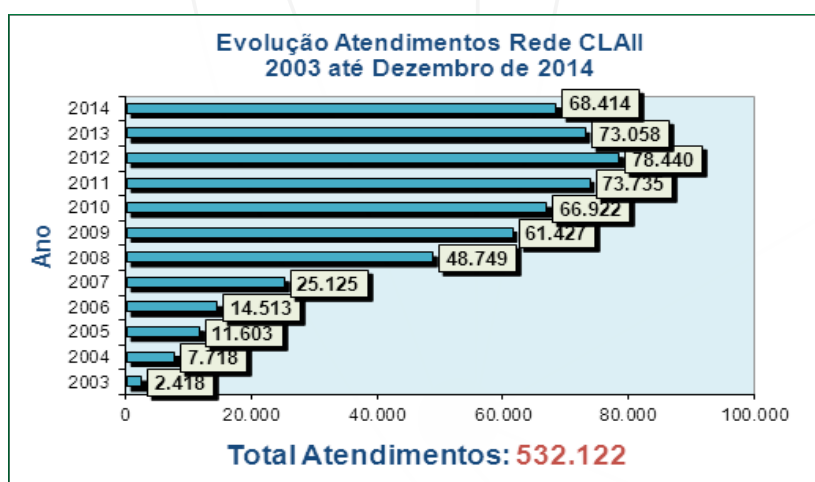


Fig. 10 – Atendimentos na Rede CLAII (2003-2014)

2.4.2 Outras iniciativas

Com o objetivo consolidar o trabalho até agora desenvolvido, bem como capacitar novos técnicos da Rede CLAII e GAEI, o GTCLAII promoveu dois períodos de formação inicial teórica, realizadas nos meses de Setembro e Outubro, assim como foram decorrendo ao longo de todo o ano formações observadas em gabinetes especializados do CNAI do Porto e Lisboa, nomeadamente nos gabinetes de apoio jurídico, emprego, reagrupamento familiar ou informação e triagem. No total, foram realizadas 1.270 horas de formação abrangendo toda a rede, de norte a sul do país e Ilhas.

No âmbito das novas competências, enquanto Autoridade Delegada do FEIPNT, o ACM criou a figura do acompanhamento operacional aos projetos, da qual faz parte a equipa do GTCLAII, apoiando e garantido a execução física dos projetos, mais especificamente dos gabinetes. Neste contexto o GTCLAII realizou 14 visitas ao local, que se revelaram muito importantes para detetar dificuldades e desbloquear situações.

Foram ainda realizadas, durante os meses de Novembro e Dezembro de 2014, cinco reuniões regionais nas quais foram cobertas as regiões da Grande Lisboa Este e Oeste e a Margem Sul, cujos objetivos foram:

- Partilhar os pontos de situação do trabalho desenvolvido pelos gabinetes durante o ano de 2014;
- Identificar, em conjunto, as vantagens de estabelecer parcerias e redes locais, pelas quais a rede se poderá pautar;
- Identificar bloqueios na relação com as instituições públicas locais.

3. Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante

O PEI é um projeto concebido pelo ACM com o objetivo fomentar o empreendedorismo junto das comunidades imigrantes. Este projeto é desenvolvido desde 2009 em colaboração com instituições de base local tais como Associações de Imigrantes, Organizações não-governamentais ou Municípios. O ACM implementa também as ações do PEI nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Porto.

Em 2014, o ACM continuou a promover iniciativas de disseminação do PEI e implementação do projeto. Também outras entidades continuam a executar este projeto com o cofinanciamento do FEINPT, nomeadamente a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ) e a Rumo – Cooperativa de Solidariedade Social, sendo expectável que, através destas entidades, entre junho de 2014 e junho de 2015 venham a ser abrangidos os seguintes territórios com ações do PEI: Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa, Loures, Porto e Seixal.

As atividades do PEI que mais se destacam são:

- Curso «Apoio à Criação de Negócios». É uma ação de capacitação, onde se utilizam metodologias práticas, onde se procura estimular a consolidação de ideias de negócio para que venham a ter viabilidade e sustentabilidade. Neste âmbito todos os participantes são portadores de um Dossier do Empreendedor (DE) onde as ideias de negócio podem ser sistematizadas através de fichas de trabalho que incidem sobre aspetos pertinentes e a ponderar no desenvolvimento de qualquer negócio. O curso tem a duração de 62 horas em que 30 horas correspondem a sessões coletivas e 32 horas compreendem a disponibilidade do formador para reunir individualmente com cada um dos participantes de modo a apoiá-los na estruturação da ideia de negócio concreta e aplicação prática dos conteúdos da sessão coletiva. Em 2014 realizaram-se três cursos, que envolveram 66 participantes. Os territórios onde o curso foi desenvolvido são os seguintes: Cova da Moura (Amadora), Lisboa e Seixal.

(29)

- Reuniões de acompanhamento e orientação aos empreendedores. Estes momentos realizam-se após o curso terminar, destinando-se ao empreendedor cuja ideia de negócio demonstre condições de que poderá tornar-se um negócio viável. Este apoio pode incidir sobre o seguinte: (1) reestruturação da ideia de negócio; (2) auxílio na identificação e encaminhamento para as melhores propostas de apoio financeiro ou outros apoios complementares; (3) apoio na implementação da ideia de negócio ou na gestão do negócio entretanto formalizado. Das ações que decorreram em 2014 foram indicadas para acompanhamento, através da emissão de Carta de Recomendação, 15 participantes.

Em junho 2014 terminou o processo de avaliação ao PEI que teve início em 2013. Esta avaliação esteve a cargo do CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano. O Estudo de Avaliação de Impacto e Resultados do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante está disponível em <http://www.acm.gov.pt/es-imigrante/informacao/promocao-do-empreendedorismo-imigrante>

No final de 2014 foi lançada a publicação “Capacitar para o Empreendedorismo: Guia de Apoio à implementação do projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante”. Tratando-se de um documento técnico descritivo das iniciativas do PEI, metodologias, instrumentos e recursos utilizados, é especialmente dirigido a entidades ou técnicos que pretendam desenvolver esta iniciativa nos seus territórios, bem como se destina aos formadores/consultores responsáveis pela condução das atividades do PEI. Esta publicação encontra-se disponível em <http://www.acm.gov.pt/es-imigrante/informacao/promocao-do-empreendedorismo-imigrante>



Fig. 11 – Publicação *Capacitar para o Empreendedorismo*

4. Programa Mentores para Imigrantes

O Programa Mentores para Imigrantes é uma medida de acolhimento e integração de imigrantes assente no voluntariado e ou na responsabilidade social corporativa. Tem por base uma rede de voluntários – mentores – disponíveis para estabelecer compromissos de mentoria com cidadãos imigrantes. Os mentores são voluntários que partilham as suas *soft skills* e redes de contacto. Já os mentorados são cidadãos imigrantes que procuram apoio e acompanhamento para resolver uma ou mais necessidades específicas em diversas áreas.



(31)

Figs. 12, 13 e 14 – Programa Mentores para Imigrantes

O desenvolvimento do Projeto Mentores, através de uma parceria com o GRACE, visou sobretudo experimentar uma metodologia baseada no conceito de mentoria que pudesse vir a ser disseminada a larga escala. No global, durante a sua fase-piloto, realizaram-se 31 processos de mentoria a imigrantes. Dos processos concluídos, 43% são na área da Qualificação e Procura de Emprego, 20% na área do Empreendedorismo, 14% na da Cidadania, Participação, Direitos Humanos e Interculturalidade e 23,8% em áreas diversas, como Tempos Livres e Informações Gerais (23,8%).

Da auscultação aos participantes foi possível verificar uma avaliação global do projeto muito positiva. Os cidadãos imigrantes reconhecem que melhoraram as suas condições e ganharam competências úteis para a sua vida pessoal e profissional; quanto aos mentores, estes ganharam maior abertura à diversidade, aproximaram-se da realidade da imigração em Portugal e potenciaram o exercício da sua cidadania participativa.

Em termos das atividades realizadas em 2014, contam-se um conjunto de 18 iniciativas de apresentação (dirigidas a empresas, seus colaboradores, imigrantes e outros parceiros, nacionais e internacionais). Decorreu também uma iniciativa de formação para mentores (4h). Já no que diz respeito aos participantes e ao seu acompanhamento, recebemos (de janeiro a junho) 18 novas inscrições para mentores (11 mulheres e sete homens) – de empresas, tais como, Siemens, MLGTS e Michael Page – e 30 mentorados (18 mulheres e 14 homens) procuraram apoio através do projeto. Iniciaram-se, neste ano, 14 novos processos de mentoria.

Em 2014, o seu âmbito foi ampliado passando a ser implementado em todo o país. Nasceu, assim, o Programa Mentores para Imigrantes e, com ele, um conjunto de Iniciativas de disseminação.

Em primeiro lugar, foi desenvolvida uma aplicação informática para a gestão das inscrições (mentores e mentorados) e das mentorias (matching e acompanhamento) – disponibilizando acesso a cada uma das entidades parceiras em <https://mentores.acm.gov.pt>

Editou-se, também, um guia de implementação – destinado a futuros parceiros – com vista à explicitação do modelo de intervenção e dos principais passos para o passar à prática (750 exemplares).

Foram produzidos dois *spots* de rádio para divulgação local destinados a dar a conhecer o programa a imigrantes e voluntários. E finalmente procedeu-se à reimpressão de folhetos informativos (5.000 exemplares de folhetos de divulgação para mentores; 10.000 exemplares para mentorados).

No que diz respeito ao envolvimento de parceiros, o primeiro passo consistiu no envio de um convite a um conjunto de entidades parceiras, incluindo todos os municípios, para integrar a rede de implementação do Programa Mentores para Imigrantes. Face à sua manifestação de interesse e com vista a clarificar o Programa em detalhe e elucidar as entidades realizaram-se 3 reuniões de esclarecimento (Lisboa, Porto e Coimbra), envolvendo um total de 97 participantes (77 mulheres e 20 homens). Definidos os termos do protocolo ficaram criadas as condições para a constituição de uma rede composta por 42 entidades – de norte a sul do país – para uma implementação nacional do Programa.

A realização da cerimónia de apresentação do Programa Mentores para Imigrantes decorreu no Salão Nobre da Assembleia da República, com o apoio da Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, no final do mês de Outubro. Esta cerimónia marcou o lançamento do programa, através da assinatura dos protocolos estabelecidos com os novos parceiros. A partir desta data a plataforma informática passou a estar disponível para receber inscrições de participantes de todo o país (mentores e imigrantes).



(33)

Fig. 15 - Cerimónia de Apresentação do Programa Mentores para Imigrantes

A primeira atividade da rede consistiu na realização de *workshops* de formação destinados aos técnicos das entidades parceiras, envolvendo no total 53 participantes. No sentido de complementar essa formação, a realização de visitas de acompanhamento (9 visitas realizadas) permitiu dar início ao apoio individual, previsto em protocolo, para a disseminação local do programa e outras dúvidas específicas dos parceiros. É de realçar que, mesmo considerando o curto tempo de execução efetiva, constavam já inscritos, no final de 2014, 85 mentores (62 mulheres e 23 homens) e 31 mentorados (15 mulheres e 16 homens).

5. Programa Português para Todos

O Programa PPT – Português para Todos, desde a sua implementação em 2008, tem permitido aos cidadãos imigrantes e seus descendentes a aprendizagem da língua portuguesa e a melhoria das suas competências linguísticas. O aumento do nível de proficiência em língua portuguesa constitui uma alavanca não só para a sua integração social e profissional, mas também releva para o acesso à nacionalidade, autorização de residência e estatuto de residente de longa duração, por via do certificado obtido.

A oferta formativa disponibiliza aos cidadãos imigrantes cursos de língua portuguesa que certificam o nível A2 – Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e de português técnico.

(34)



Fig. 16 - Formandos/as PPT em Formação

Dentro da sua missão de “favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica”, o ACM enquanto Organismo Intermédio do POPH - Programa Operacional Potencial Humano no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional é responsável pela gestão do Programa Português para Todos.

Considerando a distribuição da população imigrante nos vários distritos do país, o Programa PPT constitui uma oferta formativa regular nos centros de emprego e formação profissional do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e nas escolas da rede pública tuteladas pela DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. No ano de 2014, estiveram envolvidos na operacionalização destas ações cerca de 28 Centros de Emprego e Formação Profissional, 3 Centros de Formação Protocolar e 48 Escolas da rede pública.

No âmbito do Programa PPT, a procura é muito elevada para as ações de língua portuguesa para os estrangeiros de nível A2 – Utilizador Elementar, na medida em que certificam o “conhecimento suficiente da língua portuguesa” previsto na legislação de enquadramento (Lei da Imigração e Regulamento da Nacionalidade). Não obstante esta situação algumas entidades propuseram-se a executar cursos de nível B2 – Utilizador Independente, que também têm procura, mas em menor número.

Ainda no ano de 2014, foi possível a abertura de candidaturas no âmbito da Tipologia de Intervenção 6.6 e suas congéneres – Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros para projetos até 31.12.2014, que se fizeram em duas fases: o primeiro concurso destinou-se à aprovação de candidaturas na Região de Lisboa e Algarve e o segundo relativo a projetos pertencentes à Região de Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

No final dos concursos acima referidos foram aprovadas um total 197 ações de formação de língua portuguesa e português técnico a serem desenvolvidas pelo IEFEP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e pela DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, num valor global de 742.360,60 € de Despesa Pública Total. Em termos de execução, o ano de 2014 (dados provisórios) permitiu o desenvolvimento de 200 ações de formação, com cerca de 5.630 formandos/as, com a seguinte distribuição:

Execução PPT 2014 (Dados Provisórios)			
Região	Nº de Ações de Formação	Nº de Formandos Abrangidos	Nº de Formandos Certificados
Norte	37	1.067	544
Centro	21	581	448
Alentejo	4	110	78
Lisboa	99	2.809	2.037
Algarve	39	1.063	805
Total:	200	5.630	3.912

Fig. 17 - Dados de execução disponíveis em SIIFSE (16/02/2015)

Relativamente à distribuição por género, verifica-se que dos participantes certificados 61% são do sexo masculino e 39% pertencem ao sexo feminino.

Considerando os anos de implementação do Programa PPT, concluiu-se em 2014 o Estudo de Avaliação Intercalar do Programa, que teve como principal objetivo proceder à avaliação da operacionalização, bem como das realizações e dos resultados das intervenções apoiadas.

Fruto da execução do Programa e sendo uma das recomendações do Estudo de Avaliação a disponibilização de materiais de apoio à formação, foi iniciado em 2013 e concluído em 2014, uma plataforma de recursos pedagógicos assente no Referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas: o Utilizador Elementar no País de Acolhimento” cujos destinatários são os professores/formadores que ministram as ações de língua portuguesa para estrangeiros.

O Programa PPT em 2014 levou a cabo várias ações de divulgação através dos seguintes meios: notícias publicadas em *sites* nacionais (escolas, entidades públicas, CLAI, entre outros); distribuição de folhetos e cartazes junto de entidades públicas, privadas e comitativas internacionais e representação em seminários no âmbito da promoção da língua portuguesa promovidos por organizações nacionais/internacionais. Ressalva-se igualmente a organização de reuniões no âmbito da Educação Não Formal junto das entidades beneficiárias do FEINPT e que promovem ações de aprendizagem da língua portuguesa.

6. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, IP, assumindo as seguintes responsabilidades:

- Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, IP às iniciativas das associações de imigrantes;
- Promoção de ações de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Promoção do associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e seus descendentes.



Figs. 18, 19 e 20 - Atividades do GATAI

O apoio técnico caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACM, IP bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACM, IP disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros.

O GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACM, IP em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos

promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto destas organizações justifica-se sobretudo pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

Foi estabelecido, ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2014, cuja estrutura assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio - Vertente Acolhimento e Integração, Vertente Valorização da Diversidade e Vertente Reconhecido Mérito.

Com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas, foram realizadas duas sessões de apresentação do PAAI 2014: no dia 19 de junho, das 18h00 às 20h00, nas instalações do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa; no dia 20 de junho, das 18h00 às 20h00, nas instalações do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) do Porto. Estiveram presentes 31 dirigentes/técnicos de 22 associações.

Das 19 candidaturas apresentadas ao PAAI 2014, foram aprovados 14 projetos, num montante global de 90.731,63€ Estes projetos estarão em execução até 30 de março de 2015.

As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes têm sido fundamentais para, por um lado, avaliar, no terreno, a execução dos protocolos e o impacto do apoio atribuído, e, por outro, aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e os principais constrangimentos. Em 2014 foram realizadas pelo GATAI 24 visitas de acompanhamento.

Há que referir que, no âmbito da Ação 1 - Acolhimento, Integração e Valorização da Interculturalidade, do Programa Anual de 2013 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), foram aprovados 21 projetos apresentados por associações de imigrantes, num montante global de 849.608,25€ Este projetos estarão em execução até 30 de junho de 2015.

Em 2014, por virtude da constituição do novo Conselho para as Migrações (em substituição do antigo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração), órgão que aprecia os pedidos de reconhecimento, não foram reconhecidas novas associações.

Até à data contabiliza-se um total de 134 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, IP. As 98 associações reconhecidas e atualmente ativas desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como o apoio escolar para crianças e jovens, as atividades de tempos livres, os eventos culturais, recreativos e desportivos, os gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico, as aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países, as iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa, as ações de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação e também os projetos de desenvolvimento nos países de origem.

(37)

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (27), seguido do Porto (11), Amadora (oito) e Sintra (oito). Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações mantém-se como tendência crescente as associações que representam múltiplas comunidades (28). As comunidades Cabo-verdiana e Guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (23 e 16 respetivamente).

7. Educação, Formação, Mediação Intercultural e Diálogo Inter-religioso

No ano de 2014, deu-se seguimento à disponibilização aos profissionais da educação e às comunidades educativas de informação e de recursos no âmbito das migrações, e em particular da temática da educação intercultural. Neste âmbito, preparou-se o lançamento da 3ª edição do Selo Escola Intercultural, que visa distinguir as Escolas que se destacam na promoção de projetos com vista ao reconhecimento e à valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as, uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência (DGE-MEC) e do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), com a colaboração da Fundação Aga Khan.

A presente edição contou com uma atualização do seu modelo, procurando o reconhecimento de um número superior de escolas em cada edição anual, bem como prevendo a devolução às escolas candidatas de um conjunto de pistas de melhoria das suas práticas de educação intercultural. As candidaturas foram apresentadas no final do último trimestre de 2014, e a avaliação, seleção e atribuição do Selo Escola Intercultural 2014 tem lugar no início do ano de 2015.

Procedeu-se ainda à disponibilização de recursos e à divulgação do Kit Escola Intercultural, que visa disponibilizar às escolas, e a todos os profissionais do setor da educação, um conjunto de materiais em torno da temática da interculturalidade, que foram sendo concebidos e divulgados pelo Entreculturas, no âmbito do Alto-Comissariado e em estreita colaboração com outros parceiros.

A promoção da interculturalidade manteve, em 2014, a linha de continuidade através da organização e realização de ações de informação /sensibilização e seminários, ainda que com uma execução menos significativa em resultado dos constrangimentos de ordem administrativa e financeira que se fazem sentir há vários anos. Assim, no presente ano, foram realizadas 25 ações de formação, num total de 238h, das quais 181h foram realizadas no âmbito da intervenção em mediação intercultural nos municípios. Apesar da importância do projeto da Bolsa de Formadores no âmbito da implementação de política pública ao nível da promoção do diálogo intercultural e inter-religioso, os constrangimentos à sua operacionalização são relativos aos limites fixados à aquisição de serviços no cumprimento das regras de contratação pública.

Em 2014, o projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) foi implementado em duas fases: de janeiro a junho e de julho a dezembro. A primeira fase constituiu o período final do projeto promovido pelo ACM, IP em parceria com Câmaras Municipais e entidades da sociedade civil, projeto financiado pelo FEINPT (Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de países terceiros). Durante este primeiro semestre de 2014, o projeto deu continuidade às atividades que já vinham sendo desenvolvidas desde 2012, conjuntamente com as Câmaras Municipais da Amadora, Cascais, Loures e Setúbal.

O projeto foi dinamizado por 20 agentes de mediação intercultural (AMI) distribuídos pelas quatro Equipas Municipais de Mediação Intercultural (EMMI). Para além da participação das Câmaras Municipais, o projeto contou ainda com as seguintes entidades parceiras: a Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS); a Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM); o Centro Cultural Moldavo (CCM); a Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sociocultural (Prosaudesc); a Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude (AMRT); e a Associação dos Imigrantes dos Países de Leste (Edinstvo).

O Projeto MISP visou uma intervenção assente nos princípios da interculturalidade e da mediação em territórios municipais, promovendo novas relações de convivência intercultural construtivas e transformadoras, com vista a melhoria da qualidade de vida das comunidades, para o desenvolvimento local e a coesão social. Pretendeu-se, com este projeto: apoiar os diferentes profissionais e as instituições na procura de respostas aos problemas que se colocam em contextos de diversidade cultural, quer sejam por barreiras linguísticas, quer sejam por existência de códigos culturais significativos; apoiar e acompanhar, sempre que se justifique, os cidadãos no acesso aos recursos públicos e privados, promovendo um grau de autonomia ao nível do exercício de direitos e cumprimento das obrigações; implicar as instituições em processos de transformação e adequação às necessidades das comunidades, ao nível dos serviços e seus procedimentos; apoiar ações de participação a diferentes níveis da vida local, que permitam fortalecer um sentimento de pertença dos cidadãos ao seu Município; e criar/fortalecer espaços de diálogo participativo, que promovam novas relações positivas entre todos os protagonistas e que contribuam para a convivência intercultural. Neste âmbito, foram dinamizadas e/ou promovidas pelas seis EMMI as seguintes dinâmicas/atividades:

	Iniciativas EMMI
Total de Apoios a cidadãos	806
Total de Apoio a Profissionais	677
Total de Atividades de Participação social e cidadã*	299
Total de atividades de Convivência Intercultural *	114

Fig. 21 - Dados quantitativos de janeiro a junho de 2014

Na segunda fase, que coincidiu com o 2º semestre de 2014, o ACM, IP deixou de ser o promotor do projeto, passando a ser designado Autoridade Delegada (AD), de acordo com o estabelecido na Portaria 270/2013, de 20 de Agosto, para o Programa Anual de 2013 do FEINPT. Enquanto autoridade delegada, o ACM, IP abriu candidaturas para várias ações, entre as quais a Ação 2, direcionada para a constituição de “Equipas Municipais de Mediação Intercultural”. Neste âmbito, foram aprovadas seis candidaturas, promovidas pelas Câmaras Municipais de Amadora, Cascais, Castelo Branco, Loures, Setúbal e Sintra e dinamizadas por 26 agentes de mediação intercultural.

Reforçando as suas competências enquanto entidade responsável pelo acompanhamento dos projetos e pela eficácia e eficiência deste modelo de intervenção no terreno, a equipa do ACM, IP responsável por este domínio procedeu a uma revisão dos documentos de apoio e instrumentos de monitorização, tendo em conta o histórico e experiência do projeto iniciado ainda em 2009, bem como os resultados da avaliação externa realizada pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

Assim, o projeto tem como objetivo geral: contribuir para a coesão social, a melhoria da qualidade de vida e a convivência cidadã intercultural, em municípios com diversidade cultural significativa, mediante uma gestão positiva e preventiva dessa mesma diversidade, através de uma intervenção mediadora e da participação dos protagonistas locais. Para além da participação das seis Câmaras Municipais referidas anteriormente são ainda parceiras as mesmas entidades referenciadas, às quais se juntaram a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento e a Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos.

Ainda no âmbito da mediação intercultural, e dada a importância das Universidades/Instituições de Ensino Superior na produção de conhecimento em torno das questões e práticas de mediação, na qualificação de profissionais na área da mediação intercultural, bem como na monitorização e disseminação dos resultados obtidos a partir das referidas intervenções, considerou o ACM, IP apostar na congregação de interesses e esforços de entidades de ensino superior enquanto garante do aprofundamento, da eficácia e da sustentabilidade da intervenção neste âmbito.

Assim, e em resposta ao convite apresentado pelo ACM, 21 docentes do ensino superior de 15 instituições juntaram-se, em junho de 2014, num conjunto de atividades preparatórias da RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural: uma ação de formação em Madrid ministrada pelo Instituto Universitario de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social da Universidade Autónoma de Madrid (IMEDES/UAM); uma visita local a duas EMMI (Amadora e Cascais); e uma reunião conjunta no CNAI.

Após estas atividades, e ao longo do ano, a RESMI foi acolhendo mais docentes interessados (mais 12 docentes) tendo congregado a representação das seguintes instituições: Escola Superior de Enfermagem do Porto; Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti; Instituto Piaget; Instituto Politécnico de Beja – Escola Superior de Educação; Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Educação;

Instituto Politécnico da Guarda; Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais; Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Educação e Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa; Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Saúde; Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego; Universidade Aberta – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais; Universidade de Aveiro – Departamento de Educação; Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação; Universidade de Lisboa – Instituto de Educação, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Universidade Lusófona do Porto, Universidade do Minho – Instituto de Educação; Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Em dezembro, a RESMI voltou a juntar-se numa reunião presencial onde delineou o seu plano de ação para 2015.

Retomando uma iniciativa iniciada há já vários anos, e interrompida nos últimos dois, o ACM juntou-se, de novo, à Paulinas Editora na preparação e divulgação do Calendário – Celebração do Tempo. Este calendário informa das principais datas festivas e efemérides de cada uma das maiores tradições religiosas – Budismo, Cristianismo (Anglicanos, Católicos, Evangélicos e Ortodoxos), Hinduísmo, Islamismo e Judaísmo, juntamente com a Fé Bahá'í, e oferece um conjunto de sugestões e pistas para explorar e promover o diálogo e a educação inter-religiosa.



Fig. 22 - Calendário Inter-religioso

O Dia Internacional dos Migrantes, a 18 de dezembro, foi o dia escolhido para uma cerimónia de apresentação do Calendário - Celebração do Tempo 2015, evento que contou com as intervenções do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Pedro Lomba, e do Diretor do Centro de Estudos de Religiões e Culturas da Universidade Católica Portuguesa, Pe. José Tolentino Mendonça, e com a presença de representantes de Comunidades Religiosas, Associações de Imigrantes, Municípios, entre outros.

O ACM, IP participou ainda, ao longo do ano de 2015, em vários eventos em torno do diálogo inter-religioso, designadamente a convite de municípios, prevendo-se para 2015 a criação de um grupo de trabalho com os líderes religiosos.

8. Políticas Locais

O ano de 2014 representou um marco histórico em torno da construção de políticas locais mais integradoras, mais coesas e mais sustentáveis. Reconhecendo-se que a integração se faz a nível local, e que a Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (COM (2011) 455 final) recomenda que os estados-membros promovam mais políticas de integração ao nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e promovam a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando boas práticas, o ano de 2014 foi palco do lançamento de novas iniciativas que representam uma inovação na forma de concretização das políticas de acolhimento e integração de imigrantes a nível local, nomeadamente, através da criação de Planos Municipais de Integração a promover pelas autarquias.

Neste sentido, 10 anos volvidos sobre a execução de políticas públicas de integração e acolhimento dos imigrantes em Portugal, numa lógica de integração de proximidade, e conscientes das oportunidades geradas pela diversidade cultural existente no nosso país, enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local, o ano de 2014 teve início com o lançamento do convite endereçado pelo ACM a todos os municípios do país, em fevereiro, para adesão à Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD). Esta rede conta atualmente com 95 municípios, de norte a sul do país e regiões autónomas, integrando grandes e pequenos municípios, do litoral e do interior do país, sendo ela própria, pelas suas características, exemplo de heterogeneidade e de diversidade.

Assim, e assumindo-se o diagnóstico das políticas de acolhimento e integração como fundamental para a construção de Planos Municipais mais sustentáveis, particularmente quando Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de Planos nacionais de Integração de Imigrantes – os PII e, mais recentemente o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) – O ACM, respondendo a apelos da sociedade civil, populações imigrantes e decisores políticos – não apenas incentivou a criação de Planos Municipais de Integração, a promover pelas autarquias, em 2014 -, como concebeu uma ferramenta de diagnóstico e monitorização das políticas de acolhimento e integração, destinada a conferir sustentabilidade aos planos: o IMAD.

Com esta ferramenta pretendeu o ACM, IP facultar às instituições locais (públicas e da sociedade civil), com intervenção ao nível da integração dos imigrantes, um retrato da realidade local que lhes permitisse aferir, com acuidade, o universo de políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas polí-

ticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de boas práticas desenvolvidas noutros contextos e com potencial para serem replicadas.

O conhecimento aprofundado da realidade de cada município permitirá também ao ACM, IP, enquanto entidade responsável a nível nacional pelas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, efetuar recomendações que visem o desenvolvimento de políticas eficientes e eficazes, no enquadramento das diretrizes nacionais e comunitárias, ao mesmo tempo que construirá um diagnóstico global daquelas que são as áreas com maiores fragilidades, de modo a desenvolver medidas que permitam fortalecer as entidades a nível local, capacitando-as e fornecendo recursos, tendo em vista a definição, a melhoria e ou o aprofundamento de políticas locais facilitadoras de uma integração efetiva dos imigrantes na nossa sociedade.

Numa primeira fase, financiada pelo Programa Operacional de Assistência Técnica – FSE (POAT), o IMAD foi aplicado, em 2014 (de outubro a dezembro), a um universo de 27 municípios, envolvendo 87 entidades, promovendo-se assim a melhor cooperação entre instituições locais e nacionais na vertente da integração dos imigrantes. Este processo de inquirição permitiu caracterizar todos os serviços e áreas de intervenção para as quais recorrem os imigrantes nos concelho, permitindo perceber as articulações fundamentais entre as autarquias e as diferentes instituições locais, ao mesmo tempo que fomenta o mapeamento de respostas e recursos a nível municipal.

Foi com base neste pano de fundo que em agosto de 2014 o ACM lançou, pela primeira vez, o concurso à apresentação de candidaturas destinadas à conceção de Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes, financiados pelo FEINPT, assumindo-se que a procura de níveis superiores de integração deve ser uma constante e que um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, apenas é possível através de um trabalho conjunto e devidamente articulado entre os diferentes atores, garantindo-se estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam nesta área, não só a nível nacional, como também a nível local.

Assim, em 2014, foram acolhidas 19 candidaturas, envolvendo 21 municípios de Portugal, de norte a sul do país, incluindo municípios do litoral e do interior: Alcanena, Amadora, Braga, Cascais, Figueira da Foz, Lisboa, Loulé, Loures, Lousã, Montijo, Odemira, Oeiras, Portimão, São Brás de Alportel, Seixal, Sintra, Torres Vedras/Óbidos/Lourinhã (plano intermunicipal), Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia. Estes 19 Planos foram lançados publicamente no 1.º Encontro Nacional de Autarquias, em Óbidos, a 3 e 4 de dezembro.

(43)



Fig. 23 - I Encontro Nacional de Autarquias

- (44) Com o objetivo de reforçar os recursos de apoio à construção de políticas locais sustentáveis, o ACM lançou, ainda em 2014, um concurso destinado ao financiamento de projetos na área da Capacitação dos Serviços de Apoio, Acolhimento e Integração dos Imigrantes. Com esta ação pretendeu-se promover a capacitação dos serviços de apoio, acolhimento e integração dos nacionais de países terceiros, através da qualificação e formação dos respetivos técnicos em áreas relacionadas com o acolhimento, a integração e gestão da diversidade, tendo em vista uma resposta mais integrada e eficaz.



Fig. 24 – A Família do Lado 2014

A 23 de Novembro de 2014 teve lugar a 3ª edição da iniciativa Família do Lado. Através dela, uma família aceitou acolher em sua casa uma ou mais famílias que não se conheciam constituindo-se pares de famílias - imigrantes e autóctones (ou vice versa) - para a realização de um almoço-convívio, típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento do “Outro”.

A iniciativa contou com 190 famílias (102 imigrantes e 88 autóctones) que deram lugar à realização de 87 encontros, em 28 concelhos de Portugal. No total participaram 691 pessoas (304 imigrantes e 300 autóctones), incluindo 87 voluntários que atuaram como facilitadores, estabelecendo pontes entre culturas. Nesta celebração da diversidade, as famílias congregaram à volta da mesa 31 nacionalidades diferentes. A iniciativa criada em 2004 pela ONG SLOVO 21, na República Checa, assenta no conceito de Bairros Inclusivos e ocorreu, no mesmo dia à mesma hora, em mais 2 países europeus, Espanha e República Checa, tendo contabilizado um total de 274 encontros que compreenderam a participação de 564 famílias.

A Família do Lado beneficiou de grande impacto nos *media*, dando-se destaque à convivência e às relações entre comunidades imigrantes e sociedade de acolhimento, valorizando-se assim a riqueza da diversidade existente em Portugal: <http://www.acidi.gov.pt/familia-do-lado-2014/noticias>

(45)

9. Conselho para as Migrações

O Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), nos termos do art.º 6º Decreto-lei 167/2007, de 3 de maio, (anterior Lei orgânica do ACIDI) foi o órgão consultivo que funcionou junto do ACIDI, entre 2012 e meados de 2014. Durante este período visou assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

Com importantes e diversificadas competências - como a de se pronunciar sobre os projetos de diplomas relativos aos direitos dos imigrantes; participar na definição das políticas de integração social que visem a eliminação das discriminações e promovam a igualdade; participar na definição de medidas e ações que visem a melhoria das condições de vida dos imigrantes e acompanhar a sua execução; participar na defesa dos direitos dos imigrantes; bem como exercer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei - o COCAI reuniu 2 vezes em 2014, nos dias 20 de janeiro e no dia 30 de maio.

Composto pelos representantes mencionados no nº 4 do art.º 6 do DL supra mencionado, nas reuniões realizadas, como grandes assuntos tratados, salientam-se, entre outros, os seguintes:

- Apresentação da orgânica do Alto Comissariado para as Migrações I.P. pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Pedro Lomba;

- Apresentação do relatório de execução do II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013);
- Apresentação do projeto de estatutos do Alto Comissariado para as Migrações;
- Discussão sobre prioridades do Plano Estratégico para as Migrações;
- Iniciativas legislativas em curso.

Com a publicação da Lei Orgânica do ACM, Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, nos termos do seu art.º 8, o Conselho Consultivo passou a designar-se por Conselho para as Migrações, tendo havido um alargamento das entidades que integram a sua composição bem como alterados alguns aspetos do seu funcionamento.

O Conselho para as Migrações é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, IP, e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias.

Ao nível das competências, ao Conselho cabe pronunciar-se sobre os projetos de diplomas relevantes para os direitos dos migrantes; pronunciar-se sobre questões relativas às políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes, nomeadamente para a inclusão social, direitos de cidadania e captação e integração dos migrantes; participar na definição das medidas e ações das políticas migratórias, formulando propostas com vista à sua promoção; pronunciar-se sobre quaisquer obstáculos detetados a uma resposta célere e eficaz por parte da Administração Pública aos problemas de integração dos migrantes; pronunciar-se sobre as questões que lhe sejam colocadas pelo Alto-Comissário; aprovar o respetivo regulamento interno; exercer quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei.

O Conselho para as Migrações tem uma composição muito variada e com diferentes formas de designação/eleição. Assim, em julho, iniciou-se o processo de designação dos representantes das instituições e, em agosto, foi organizado o processo conducente à realização do ato eleitoral para escolha dos representantes das comunidades imigrantes, que ocorreu em 20 de setembro.

Terminado o processo de constituição, o Conselho para as Migrações, passou a ter os seguintes representantes:

- Comunidade Angolana - como efetivo, Jerónimo David e como suplente, Vera Marina de Sousa Magalhães;
- Comunidade Brasileira – como efetiva, Nilce dos Santos Costa Soares e como suplente, Carlos Henrique Vianna;
- Comunidade Cabo-verdiana - como efetiva, Felismina Rosa Mendes e como suplente, Rolando dos Reis Borges;

- Comunidade Guineense - como efetivo, Malam Gomes;
- Comunidade Moçambicana - como efetivo, Lívio Sebastião de Moraes;
- Comunidade Santomense - como efetivo, Fernando Cardoso Pimentel Neto;
- Comunidade Ucrainiana - como efetiva, Nataliya Khmil e como suplente, Valentina Vassilenko;
- Comunidade Moldava - como efetiva, Rodica Gherasim;
- Comunidade Chinesa - como efetivo, Y Ping Chow;
- Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas b) e c) do art.º 8 - como efetivo, Timóteo Macedo e como suplente, José Manuel Costa;
- Instituições com ação ou interesse na área das migrações - pela Fundação Aga Khan, como efetivo, Karim Merali e como suplente, Anne Harrop; pela Fundação Calouste Gulbenkian, como efetiva, Luísa Valle e como suplente Hugo Martinez de Seabra; pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, como efetivo, Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna;
- Direcção-Geral das Artes - como efetivo, Samuel Rego e como suplente, Mónica Guerreiro;
- Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas - como efetivo, Luís Gaspar da Silva e como suplente Isabel Rosa Campizes;
- Direcção-Geral de Política Externa - como efetivo, Luís Cabaço e como suplente Helga Brás;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - como efetivo, António Beça Pereira e como membro suplente, Luís Gouveia;
- Forças de Segurança - pela Guarda Nacional Republicana, como efetivo, Paulo Miguel Lopes de Barros Poiães e como suplente Pedro Miguel Rico Ramalho; pela Polícia de Segurança Pública, como efetivo, Hugo Duarte de Sousa Batista Guinote e como suplente Joana Patrícia Cardoso Reis;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - como efetiva, Fátima Duarte e como suplente, Vítor Almeida;
- Direcção-Geral das Atividades Económicas - como efetivo, Paulo Simões e como suplente Liliana Soares;
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P. - como efetiva, Rosário Costa e como suplente Nuno Miguel Alves;
- Direcção-Geral da Saúde - como efetiva, Ana Correia e como suplente Filipa Pereira;

(47)



- Direção-Geral de Educação, como efetiva, Lina Varela e como suplente Maria José Neves;
- Direção-Geral do Ensino Superior - como efetiva, Ana Isabel Saiote Furtado Mateus e como suplente Sarah Vicente D'Almeida Fernandes;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional - como efetivo, Jorge Gaspar e como suplente Patrícia Borges;
- Autoridade para as Condições do Trabalho - como efetiva, Maria de Fátima Pisco e como suplente Ana Patrícia Duarte Machado;
- Instituto de Segurança Social, I.P. - como efetiva, Mariana Ribeiro Ferreira e como suplente Patrícia Serra;
- Governo Regional dos Açores - como efetivo Paulo César Câmara Teves e como suplente, Melanie Medeiros da Silva;
- Governo Regional da Madeira - como efetivo, Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos e como suplente Celina dos Anjos Cruz;
- Associações Patronais - como efetivos, Helena Leal, pela Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, e Luís Henrique, pela Confederação da Indústria Portuguesa e como suplentes, Cristina Nagy pela Confederação de Agricultores de Portugal, e Nuno Bernardo pela Confederação de Turismo de Portugal;
 - Centrais Sindicais - pela CGTP-IN, como efetivo, Carlos Manuel Alves Trindade e como suplente Manuel Garcia Correia, pela UGT, como efetiva Catarina Maria Branco Ferreira Tavares e como suplente Ana Catarina Soares de Albergaria Moreira e Lopes;
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses - como efetivo Basílio Horta e como suplente Eduardo Quinta Nova;
 - Conselho das Comunidades Portuguesas - como efetivo, Manuel Beja;
 - Cidadãos de reconhecido mérito, David Justino e José Reis.

No dia 29 de setembro teve lugar a cerimónia de tomada de posse dos representantes no Conselho para as Migrações, perante o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, do Senhor Alto Comissário para as Migrações, Pedro Calado e Representantes Diplomáticos das comunidades imigrantes representadas no Conselho.



(49)

Fig. 25 - Tomada de Posse do Conselho para as Migrações

No dia 9 de dezembro teve lugar a primeira e única reunião do Conselho para as Migrações em 2014, que versou sobre as seguintes matérias: apresentação e discussão do plano estratégico para as migrações - PEM - 2015/2020; apresentação e discussão de novos procedimentos de atribuição de apoios, inscritos no projeto legislativo relativo o associativismo imigrante; apresentação do regulamento interno do Conselho para as Migrações; e despacho de autorização de reembolso das despesas de deslocação dos representantes do CM.

10. Planos e Conselhos com os quais o ACM colaborou

Em 2014, o ACM colaborou com os seguintes planos e conselhos: Comissão Técnica de Apoio à Entidade Coordenadora na concretização do III Plano de Tráfico de Seres Humanos (2014-2017), Grupo Interdepartamental para a I Estratégia Nacional para a Deficiência (2011-2014), Comissão de Coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira (2011-2015), V Plano Nacional e I Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017), III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da MGF (2014-2017), V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017), Campanha Nacional Contra o Trabalho não Declarado (2014-2015), Plataforma Laboral contra a Sida, Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde (212-2016) e Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração.

II. Observatório das Migrações

Entre as suas múltiplas áreas de intervenção, o ACM tem dedicado também particular atenção à avaliação das políticas públicas e serviços para imigrantes e à monitorização da integração dos migrantes em Portugal. Recorrendo a uma colaboração estratégica essencial com a academia e centros de investigação, através do Observatório das Migrações, o ACM tem seguido o mote de “conhecer mais para agir melhor”.

O Observatório das Migrações (OM), uma unidade informal no âmbito do ACM que tem por função o estudo e acompanhamento estratégico e científico das migrações, sucede ao Observatório da Imigração criado em 2003. Acompanhando a alteração da orgânica do Alto Comissariado para as Migrações de 2014, o Observatório das Migrações pretende dedicar-se ao estudo integrado das migrações, nomeadamente à integração de imigrantes em Portugal e ao retorno dos emigrantes portugueses ao território nacional. O OM é coordenado pelo Professor Gonçalo Saraiva Matias.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, em 2014 o Observatório manteve a sua atividade de lançamento de estudos das suas coleções consolidadas na última década, e de organização de conferências de grande relevo para o debate e a compreensão dos fenómenos migratórios.



Fig. 26 – Logótipo do Observatório para as Migrações

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela continuidade dos trabalhos de disseminação de informação de conhecimento através do seu *site* www.oi.acidi.gov.pt e do Centro de Documentação do ACM, e da análise e sistematização de informação estatística por forma a monitorizar e caracterizar a situação das populações estrangeiras no país nas mais variadas áreas, tendo esse trabalho sido vertido para o *site* do Observatório na área de “Compilações Estatísticas”. Neste âmbito, no final do ano foi ainda lançada uma nova linha editorial do Observatório – Coleção “Imigração em Números”.

Em 2014 o Observatório reforçou as suas linhas editoriais de disseminação gratuita, disponíveis em versão impressa e suporte digital em www.oi.acidi.gov.pt, com 6 novas publicações (4 edições em papel e 2 em formato digital), o encerramento de 1 estudo e a aprovação de 7 novos estudos sobre imigração e integração de nacionais de países terceiros (ao abrigo do financiamento FEINPT).

Coleção Estudos OI: tendo por finalidade apresentar, em cada estudo, uma reflexão científica e pertinente sobre um determinado tema na vertente da integração de ou da avaliação das políticas para migrantes, da inteira responsabilidade do investigador ou da equipa de especialistas que o desenvolve, no ano de 2014 o Observatório publicou 3 novos estudos, volumes 53, 54 e 55 da coleção. Tratam-se dos estudos:

- Impacto das Políticas de Reagrupamento Familiar em Portugal. Estudo de José Carlos Marques, Pedro Góis e Joana Castro. Abril de 2014. Volume 53. ISBN 978-989-685-057-9.
- Processos de Admissão e de Integração de Imigrantes Altamente Qualificados em Portugal e a Sua Relação com a Migração Circular. Estudo de Pedro Góis e José Carlos Marques. Abril 2014. Volume 54. ISBN 978-989-685-058-6.
- Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal. Estudo de Carla Valadas, Pedro Góis e José Carlos Marques. Dezembro 2014. Volume 54. ISBN 978-989-685-058-6.

(51)



Figs. 27, 28 e 29 – Capas dos estudos OI publicados em 2014

No âmbito desta coleção, em 2014 também foi concluído o seguinte estudo, ficando previsto o seu lançamento para 2015:

- A diversidade étnica e cultural na Democracia portuguesa: não-nacionais e cidadãos nacionais de origem migrante na política local e na vida dos partidos políticos. Estudo de Isabel Estrada Carvalhais e Catarina Reis Oliveira. Volume 55. ISBN 978-989-685-065-4.

- Coleção de Teses: esta coleção pretende divulgar as dissertações de mestrado e de doutoramento, de reconhecido interesse, sobre migrações e os seus impactos em Portugal, que dificilmente de outra forma chegariam ao grande público. Em 2014 esta coleção ganhou 2 novos volumes, o volume 43 e 44:
- Transformações na emigração brasileira para Portugal. De profissionais a trabalhadores. Tese de Doutoramento de Filipa Pinho. Volume 44. Dezembro de 2014. ISBN 978-989-685-063-0.
- Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes. O Martim Moniz na *migrantscape* de Lisboa. Dissertação de Mestrado de Paula Gésero. Volume 43. Dezembro de 2014. ISBN 978-989-685-062-3.



Figs. 30 e 31 – Capas das teses publicadas em 2014

Coleção Imigração em Números: esta coleção procura contribuir de forma continuada para a monitorização da integração dos imigrantes em Portugal. Lançada em 2014, esta coleção desenvolver-se-á a partir de quatro linhas editoriais: (1) Relatórios estatísticos decenais; (2) Relatórios estatísticos anuais; (3) Cadernos Estatísticos Temáticos e (4) Estatísticas de Bolso. O primeiro volume que marca o lançamento da coleção, em 2014, corresponde ao relatório estatístico decenal, analisando dados estatísticos e administrativos de 19 fontes nacionais para o intervalo temporal 2001 e 2012:

- Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal. Estudo de Catarina Reis Oliveira (Coord.) e Natália Gomes. Dezembro 2014. Volume 1. ISBN 978-989-685-060-9.





Fig. 32 – Capa do estudo **Imigração em Números**

Procurando continuar a estimular mais debate e diálogo entre os investigadores/autores, decisores políticos, representantes da sociedade civil e de associações de imigrantes, comentadores e audiência, em 2014, o ACM através do seu Observatório voltou a organizar vários Workshops e Seminários de reflexão científica:

Organizou com a Comissão Parlamentar de Ética, Cidadania e Comunicação o Workshop A diversidade étnica e cultural dentro dos partidos políticos, que decorreu a 14 de janeiro de 2014 no auditório do edifício novo da Assembleia da República, Lisboa, no âmbito do projeto europeu DivPol, tendo sido nesse âmbito apresentados alguns dos resultados do relatório empírico nacional e foi promovida uma discussão da “ferramenta que mede o grau de abertura dos partidos políticos à diversidade” do MPG pelo seu diretor Jan Niessen (detalhes em http://www.parlamento.pt/Paginas/XIIL3S_WorkshopApresentacaore resultados do Projeto DIVPOL.aspx).

Organizou as VII Jornadas do Observatório da Imigração que decorreram a 21 de maio de 2014, dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, estabelecido pela UNESCO, na Fundação Calouste Gulbenkian. Estas Jornadas tiveram na sessão de abertura o Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, tendo como destaque a apresentação e discussão de 4 novas publicações do Observatório e uma sessão plenária acerca de indicadores de integração de imigrantes na Europa e em Portugal (detalhes em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3661>).

Organizou o Workshop de lançamento da nova coleção do Observatório da Imigração intitulada “Imigração em Números”, no dia 19 de dezembro de 2014, na Assembleia da República, no âmbito das Celebrações do dia Internacional dos Migrantes. A sessão contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, do Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, e do novo diretor do Observatório das Migrações, Gonçalo Saraiva Matias (mais em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=3836>).

(53)

III. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

(54)

I. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

No âmbito de políticas públicas relativas à integração das comunidades ciganas e no seguimento da comunicação da Comissão Europeia COM(2011)173 de 5 de abril, intitulada “Um Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais de Integração dos Ciganos até 2020”, foi aprovada, em Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) – Resolução n.º 25/2013 de 27 de Março, publicada em Diário da República a 17 de Abril de 2013.

A Estratégia, coordenada pelo Alto Comissariado para as Migrações através do seu Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), resulta dos contributos dos vários ministérios, municípios, peritos, organizações da sociedade civil e associações e representantes das comunidades ciganas, após a promoção de várias reuniões sectoriais e de um processo de consulta pública que decorreu de 28 de Dezembro de 2011 a 18 de janeiro de 2012.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas contempla assim cinco Eixos – Transversal, Educação, Habitação, Formação e Emprego e Saúde – sendo que o Eixo Transversal é composto pelas dimensões “Conhecimento das comunidades ciganas e acompanhamento da Estratégia”, “Discriminação”, “Educação para a Cidadania”, “História e cultura ciganas”, “Igualdade de género”, “Justiça e segurança”, “Mediação” e “Segurança social”. A ENICC prevê ainda um total de 40 Prioridades, 105 Medidas e a concretização de 148 Metas.

O dispositivo de monitorização da ENICC encontra-se centralizado no ACM que tem como função sistematizar os indicadores e resultados de execução reportados pelos Pontos Focais, elaborando, regularmente, relatórios de progresso da Estratégia, quer para o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), quer às várias organizações nacionais e internacionais que trabalham nesta temática. Da discussão gerada com a apresentação dos relatórios de progresso surgirão recomendações e orientações que o ACM devolverá aos Pontos Focais, ajustando a ENICC sempre que for considerado necessário.

O dispositivo criado irá permitir uma avaliação não apenas de carácter quantitativo mas também, simultaneamente, uma avaliação de carácter qualitativo que irá permitir contextualizar eventuais desvios em relação ao esperado.

Com um pouco mais de um ano de execução, é possível verificar que, ao abrigo da ENICC já foram realizadas 121 ações até ao momento, sendo que a grande maioria do conjunto das ações implementadas e reportadas pelos Pontos Focais da ENICC é referente a ações de formação/sensibilização, diagnóstico/preparação ou ações que decorrem da continuidade de projetos/programas existentes. Esta situação está de acordo com o esperado pelos Pontos Focais dada a fase inicial de implementação da Estratégia.

(55)

Face à sua importância para a execução global da ENICC, devem ser destacadas algumas das ações que foram realizadas no ano de 2014 e que são particularmente relevantes.

Tendo em conta a falta de dados precisos sobre as comunidades ciganas em Portugal, ao abrigo da Prioridade 2 da Estratégia (“Realizar um estudo nacional, de carácter transversal, que permita conhecer a situação social, económica e cultural das comunidades ciganas e promover diversos estudos no âmbito das ciências sociais”), foi lançado convite aos centros de estudos e investigação para a realização de um estudo nacional sobre as comunidades ciganas, tendo sido selecionado para o efeito o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta.

Com o principal objetivo a melhoria do conhecimento sobre as comunidades ciganas em Portugal, com vista à promoção de políticas mais ajustadas nesta área temática, nos domínios da Educação, Habitação, Saúde, Formação e Emprego, entre outras, foi realizado o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, com o financiamento do Programa Operacional de Assistência Técnica, tendo sido concluído pelo CEMRI em Dezembro 2014.

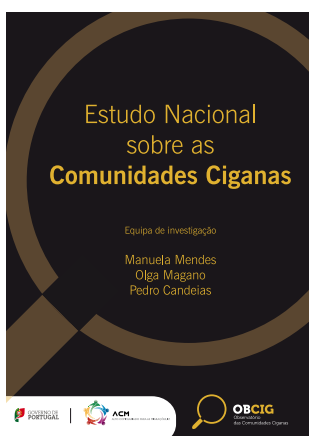


Fig. 33 – Capa do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas

Ao nível da Prioridade 3 “Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública” regista-se a realização de 3 ações formação/sensibilização dirigidas a públicos diversificados como forças policiais, jornalistas, ONG, juristas, entre outros (Lisboa, 21/10/2014 e Porto, 31/10/2014) e mediadores ciganos (11/12/2014, Lisboa).

De acordo com a Prioridade 5 “Incentivar à participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania”, e no âmbito das ações de formação temáticas previstas nesta Prioridade, foram realizadas várias ações de formação que conduziram à criação da AMEC – Portugal, Associação de Mediadores Ciganos de Portugal, com sede em Beja.

Ainda no âmbito desta Prioridade e da medida “Atribuir apoio financeiro às associações ciganas”, foi atribuído apoio financeiro à Associação Letras Nómadas para a realização, nos dias 29 e 30 de abril de 2014, do I Encontro nacional de jovens ciganos estudantes e suas famílias.

Na sequência das ações previstas na Prioridade 12 e 14 e no âmbito das ações de formação desenvolvidas ao abrigo do Projeto Mediadores Municipais, em curso, e do Programa ROMED do Conselho da Europa, foram realizadas várias ações de formação dirigidas a mediadores ciganos.



Fig. 34 – Mediadores municipais

No âmbito da ENICC, em 2014, foi ainda criado o FAPE - Fundo de Apoio à ENICC e o OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas, dos quais se falará em pormenor mais adiante.

2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

De acordo com a Prioridade 1 da Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas (“Criar um Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas”), e concretizando uma das metas desta prioridade “Criação de um Grupo Consultivo em 2013”, foi criado e tomou posse, a 24 de junho de 2013, o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) que é composto por representantes de sete Ministérios, dos Governos Regionais da Madeira e Açores, dos Municípios e Freguesias, de organizações da sociedade civil e associações ciganas, de instituições de ensino superior ou investigação e cidadãos de reconhecido mérito.

O CONCIG tem como principais objetivos a apreciação da situação das comunidades ciganas em Portugal de uma forma geral, e do progresso da implementação da ENICC, produzindo recomendações ao conjunto dos parceiros responsáveis pela execução das várias medidas previstas.

(57)



Fig. 35 – Reunião do CONCIG

(58)

Até ao momento já se realizaram cinco reuniões do CONCIG, três das quais em 2014 – 8 de abril, 24 de junho e 15 de dezembro - ou seja, mais uma reunião do que o número anual de reuniões previsto.

Este facto denuncia o dinamismo e a atividade do CONCIG que tem sido um grupo de trabalho particularmente atento e ativo, na medida em que tem discutido e se tem pronunciado sobre um conjunto relativamente diversificado de situações que ocorreram ao longo do ano de 2014 e são do conhecimento público.

Na reunião de 8 de abril de 2014, após várias decisões judiciais que determinaram o arquivamento de processos referentes ao abandono escolar precoce de menores das comunidades ciganas na Comarca do Baixo Vouga, nomeadamente com base nas suas especificidades étnicas e culturais, o CONCIG emitiu um comunicado, colocado posteriormente no *site* do ACM, onde chama a atenção para o direito fundamental que é a Educação e onde refere que é possível conciliar o direito à educação e o direito à identidade cultural. Este comunicado chama ainda a atenção para os resultados positivos que algumas práticas têm tido, nos últimos anos, no combate ao abandono escolar.

Este comunicado tem tido fortes repercussões na temática das comunidades ciganas, sobretudo no domínio da educação, sendo recorrentemente referenciado por diversas organizações que trabalham a este nível.

Na reunião de 24 de junho, os Conselheiros tiveram a oportunidade de conhecer os resultados preliminares do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, realizado pelo CEMRI, discutindo os resultados obtidos até essa data e efetuando um conjunto alargado de comentários e recomendações, com vista à introdução de melhorias no Estudo até à sua redação do final.

A 15 de dezembro, entre outros pontos discutidos, o CONCIG comenta a discussão gerada pela proposta de lei sobre casamentos forçados, no âmbito da Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, assinada em Istambul, tendo sido o consenso dos conselheiros tornado público pelo ACM a 17/12/2014. Uma das principais ideias retiradas da discussão realizada pelos Conselheiros, sobre este assunto, foi o “conforto das comunidades ciganas face ao alcance previsível das alterações legislativas” em causa.

O CONCIG tem constituído assim uma ampla e diversificada plataforma de discussão e reflexão sobre assuntos ligados à temática das comunidades ciganas, o que tem permitido ao ACM implementar e reforçar as suas atividades nesta área.

3. Projeto Medidores Municipais

Em 2009, o Alto Comissariado para as Migrações, na altura Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, considerando a experiência positiva nos últimos anos da atuação dos mediadores ciganos em contextos interculturais, lançou, com o financiamento do Programa Operacional Potencial Humano – FSE, o Projeto Medidores Municipais por forma a, em parceria com os municípios e organizações da sociedade civil, facilitar o acesso das comunidades ciganas aos equipamentos e serviços públicos, através da colocação de mediadores ciganos nos serviços municipais.

Os mediadores municipais ciganos envolvidos, selecionados pelos próprios municípios, e capacitados pelo ACM para o efeito, têm como objetivos, entre outros:

- α) Facilitar a comunicação entre as comunidades ciganas e os serviços e organizações locais;
- β) Promover o consenso e mediar eventuais conflitos;
- χ) Promover o diálogo intercultural como metodologia estratégica de trabalho e intervenção;
- δ) Promover e facilitar o acesso das comunidades ciganas aos serviços e equipamentos locais.

Coordenado nacionalmente pelo ACM, o Projeto é definido localmente pelos municípios, organizações da sociedade civil e comunidades ciganas através do desenho de um plano de intervenção.

Desta forma, permite a articulação entre entidades responsáveis pelos Fundos Estruturais, autoridades nacionais responsáveis pelo acompanhamento da temática das comunidades ciganas e organizações da sociedade civil, comunidades ciganas e municípios, que melhor conhecem as necessidades locais efetivas.

(59)

A primeira fase do Projeto iniciou-se, em 2009, com 15 municípios e terminou em setembro de 2013, e a segunda fase do Projeto, em vigor, iniciou-se em 2011, com 6 municípios. Em outubro de 2014, os projetos da II fase ainda em curso foram prolongados por mais 9 meses até 30 de junho de 2015.

Com a aprovação da ENICC, o Projeto passou a integrar o conjunto de prioridades previstas nomeadamente, no Eixo Transversal, Dimensão Mediação, Prioridade 13, mas contribuindo ainda para um conjunto alargado de outras prioridades no domínio da formação de mediadores ciganos e capacitação das comunidades ciganas.

4. Fundo de Apoio à ENICC

Por forma a suportar o conjunto de ações previstas na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), o Alto Comissariado para as Migrações I.P. criou, em 2014, o FAPE - Fundo de Apoio à ENICC para o ano de 2015. Assim, com a publicação do seu regulamento e, respetivos anexos, define-se o acesso a apoios financeiros concedidos pelo ACM a projetos de cariz experimental e inovador, que concorram diretamente para a execução das metas definidas nas prioridades estabelecidas pela Estratégia Nacional.

Estes projetos visam a promoção do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, a formação sobre cidadania e o incentivo à participação das comunidades ciganas enquanto exercício de cidadania, devendo enquadrar-se nas seguintes tipologias de intervenção:

- α) Ações de formação/sensibilização com vista ao combate da discriminação das comunidades ciganas e à promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária.
- β) Ações de formação para a cidadania focalizadas no desenvolvimento de competências e na participação comunitária.
- γ) Ações de formação para o associativismo.
- δ) Ações/Iniciativas de promoção de atividades económicas e empreendedoras.

Os projetos deverão abranger as comunidades ciganas no território nacional e ser apresentados em parceria, que deverá ser constituída, pelo menos, por uma entidade financeira ou não financeira e, por um grupo representativo das comunidades ciganas locais (formal e informal), que deverá participar em todas as fases do projeto.

Os projetos terão a duração máxima de 9 meses, com início a 01 de abril de 2015 e termo a 31 de dezembro de 2015, não transitando para o ano civil seguinte e serão financiados pelo ACM I.P., no máximo, 95% do custo total elegível para cada projeto e limitados ao máximo de 5.000,00€

O período de apresentação de candidaturas ao FAPE 2015 decorrerá em 2015, e será disponibilizado um formulário digital próprio.

O GACI é o gabinete que presta o apoio a todas as entidades interessadas no FAPE e será responsável por promover sessões de esclarecimento em várias zonas do país por forma a capacitar as organizações interessadas nomeadamente, as várias associações ciganas existentes.

5. Observatório das Comunidades Ciganas

A Estratégia Nacional constitui uma plataforma privilegiada para o desenvolvimento de uma intervenção alargada e articulada, onde os vários ministérios, municípios, organizações da sociedade civil, academia e comunidades ciganas, entre outros, contribuem ativamente para a concretização dos objetivos traçados.

Face à escassez de estudos e informação relativa às comunidades ciganas, por forma a definir um diagnóstico robusto, a avaliar as dinâmicas e os resultados decorrentes da Estratégia, mas também a produzir um conhecimento aprofundado da temática, a ENICC prevê, no seu Eixo Transversal, Prioridade 2, a criação do “Observatório das Comunidades Ciganas” para promover a realização e edição de estudos sobre as comunidades ciganas.

Assim, foi criado em Dezembro de 2014, o Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que contribui não só para a concretização de algumas das medidas previstas na Estratégia, mas também para a conceção, implementação e avaliação das políticas públicas neste domínio, apresentando-se como um motor de criação de redes de cooperação, académica, científica e institucional, bem como o diálogo entre a academia e os decisores políticos.

Por outro lado, o OBCIG assume a necessidade de desconstrução de mitos, representações e/ou estereótipos acerca das comunidades ciganas em geral, que persistem na sociedade portuguesa. Deste modo, o conhecimento adquirido e/ou produzido será incorporado em várias iniciativas e/ou suportes que permitam a concretização deste importante objetivo.

O Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) tem como objetivos:

- 1- Reunir e disponibilizar estudos, teses e outras publicações existentes, relacionadas com a temática das comunidades ciganas;
- 2- Promover a edição de estudos com vista à melhoria do conhecimento existente na temática das comunidades ciganas;

(61)

- 3- Promover e divulgar iniciativas ou eventos, como por exemplo seminários ou colóquios, que promovam o maior conhecimento da situação das comunidades ciganas e/ou permitam a formação dos atores-chave nesta temática.
- 4- Divulgar a sua atividade e o conhecimento reunido, através de suportes diversificados, com vista à ampla disponibilização de informação;
- 5- Promover a cooperação e a articulação entre o ACM IP. e instituições científicas e académicas, ao nível nacional e internacional;
- 6- Sensibilizar e desconstruir mitos, representações e/ou estereótipos sobre as comunidades ciganas.

O Observatório das Comunidades Ciganas é uma unidade informal, não dispendo de qualquer estrutura própria, nem de um quadro de colaboradores permanentes. É uma rede, dirigida por um coordenador responsável pela respetiva atividade científica, o Prof. Carlos Jorge Sousa, e que responde perante o Alto Comissariado quanto à realização dos objetivos para que foi criado, estando o seu orçamento integrado no do ACM.

O Observatório disponibiliza duas coleções de estudos, em versão impressa, a Coleção Estudos OBCIG e a Coleção Olhares, prevendo-se ainda a possibilidade de, sempre que considerado oportuno, promover outras linhas de edição em suporte digital.



Fig. 36 – Logótipo do OBCIG

6. Outras iniciativas

O Programa ROMED2, lançado em março de 2014, é promovido pelo Conselho da Europa e apoiado pela Comissão Europeia, tendo como objetivo incentivar a participação ativa e comunitária das comunidades ciganas, através da mediação, em vários países europeus.

Este programa funciona, em Portugal, através da parceria entre o Alto Comissariado para as Migrações, Ponto Focal Nacional do Programa, e a Associação Cigana Letras Nómadas, Delegado Nacional do Programa, sendo que até ao momento já aderiram ao programa 9 municípios - Beja, Moura, Barcelos, Seixal, Figueira da Foz, Elvas, Abrantes, Coimbra e Torres Vedras – que identificaram e mobilizaram um grupo de representantes das comunidades ciganas ao nível local, os denominados Grupos Ativos.

Neste Programa, compete aos grupos ativos e aos municípios, através do diálogo e da mediação, a procura de respostas e soluções participadas para os desafios que as comunidades ciganas enfrentam localmente.



Fig. 37 – Encontro de formação ROMED2.

O Projeto Netkard, financiado pela Comissão Europeia-DG Justiça, resulta da parceria entre vários países europeus – Espanha, Roménia, Itália e Portugal, e tem como objetivo contribuir para o combate à discriminação das comunidades ciganas, através da melhoria das práticas e metodologias existentes, fornecendo recursos aos profissionais para a sua prevenção e replicando-as para os países parceiros do projeto.

Em Portugal, o projeto envolve o ACM e a Rede Europeia Anti-Pobreza - EAPN-Portugal, que, em 2014, organizaram dois *workshops* nacionais dirigidos a atores-chave nesta temática – Lisboa, 21 de outubro e Porto, 30 de outubro.

No âmbito deste projeto foram produzidos 4 guias práticos dirigidos a Organizações Não Governamentais/Associações Ciganas, Forças Policiais, Meios de Comunicação Social e Profissionais de Direito, disponíveis no *site* do ACM.



Fig. 38 – Seminário Netkard, em Lisboa

IV. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

(64)

I. Nova imagem do ACM

No contexto das alterações operadas no Instituto, desde logo com a publicação da nova Lei Orgânica, no dia 27 de fevereiro de 2014, que, entre outros, procedeu à mudança da designação de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.) para Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, IP), foi considerado pertinente demarcar a nova instituição com uma nova identidade visual, o novo logótipo ACM. Lançado o desafio à conceção de um novo logótipo, uma marca que espelhasse a nova missão e, consequentemente, as novas atribuições, seguiu-se uma cuidadosa análise e ponderação das várias propostas criativas recebidas, resultando na seleção da nova identidade ACM.

Um logótipo inovador, que partindo do legado do ACIDI, se centra na mobilidade e na integração, somando, ao mesmo tempo, dinamismo e interatividade, e também, modernidade, tendo em vista um efetivo reconhecimento junto da diversidade de públicos-alvo a que se dirige.

O processo de renovação da marca, que implicou todo o trabalho de adaptação e produção de novos suportes de comunicação, foi, em primeira mão, comunicado a todos os Parceiros ACM – com convite à partilha e à afirmação conjunta da nova marca – e culminou com o lançamento oficial no dia 1 outubro de 2014.



Fig. 39 – Logótipo do ACM, I.P.

2. Portal do ACM

Com a missão de manter o público informado acerca das questões da imigração e do diálogo intercultural, bem como disponibilizar informação útil e prática às comunidades imigrantes e comunidades ciganas residentes em Portugal, toda a ação do portal do ACIDI/ACM concentrou-se na divulgação de conteúdos e dinamização de funcionalidades capazes de responder às diversas necessidades dos seus diferentes públicos-alvo.

Desse modo e visando constituir um veículo/canal noticioso, formativo e difusor de informação útil e prática a um público vasto e heterogéneo, o portal disponibilizou informação detalhada acerca da missão, objetivos e valências do Instituto, bem como sobre serviços e recursos disponíveis e legislação relacionada.

Ao mesmo tempo, o portal disponibilizou vários materiais informativos, para *download*, bem como promoveu o programa de televisão “Nós” e o programa de rádio “Gente como Nós”.

Diariamente foram divulgadas, quer as iniciativas do ACIDI/ACM, quer as iniciativas dos parceiros, com destaque para a ação dos CLAI, no âmbito dos projetos de promoção da interculturalidade, e das Associações de Imigrantes.

Em paralelo, para dar visibilidade aos novos projetos, foram criadas novas páginas, o caso da página FEINPT - tendo em vista divulgar todas as Ações relativas a projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros), no âmbito da missão do ACM enquanto Autoridade Delegada – o caso da página do Programa Mentores para Imigrantes, ou da página Conselho para as Migrações, projetos recentemente lançados pelo ACM.

O portal acompanhou, naturalmente, as grandes alterações vividas no Instituto, quer no âmbito da alteração da lei orgânica, como da mudança do cargo do Alto-comissário para as Migrações ou o lançamento da nova identidade corporativa, procurando sempre adaptar-se e divulgar as novidades em primeira linha.

Amplamente divulgado em todos os meios de comunicação, e junto de todos os parceiros, foi impulsionada a sua publicitação através das redes sociais, nomeadamente através da partilha de conteúdos na página de Facebook.

Ainda que sem números globais para todo o ano de 2014, devido a problemas técnicos no Google Analytics, a acompanhar a média mensal de visitas, até ao final de julho de 2014 (na ordem das 22.500 visitas/mês), o portal ACM teria somado mais de 270.000 visitas no ano.

A mudança da imagem institucional do ACM, aliada à forte aposta nas redes sociais, conduziu à criação de uma nova página de Facebook (<https://www.facebook.com/ACMigracoes>) que se procurou potenciar com mais conteúdo e mais dinamismo, a fim de um vasto e diversificado alcance. Neste âmbito registaram-se cerca de 1.500 gostos.

Por fim e com a ambição de renovar e projetar um novo *website* para o ACM, no final de 2014 procedeu-se à prototipagem do novo portal, com vista ao seu lançamento no final do primeiro trimestre de 2015.



Fig. 40 – Facebook do ACM, IP.

Durante o ano de 2014 e à semelhança dos anos anteriores, coube ao Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) o processo de produção de brochuras, desdobráveis, cartazes e demais suportes informativos e de sensibilização dos vários Gabinetes, em suporte de papel e em versão digital, para *download* no *website*. Estes produtos foram, naturalmente, essenciais à divulgação da missão do Instituto, incluindo-se o planeamento e execução de materiais para iniciativas pontuais do ACM ou em parceria.

Entre esses materiais destacaram-se cartazes para divulgação de iniciativas diversas, desdobráveis e brochuras informativas em várias línguas, publicações temáticas, conceção de imagens para novos projetos, produção de *merchandising* ACM, entre outros.



Figs. 41 a 46 – Materiais diversos produzidos em 2014

No primeiro período do ano de 2014, o ACIDI continuou a marcar presença assídua na RTP 2, através do programa “Nós”, bem como na Antena 1, através do programa de rádio “Gente como Nós”.

Tendo por missão dar a conhecer a realidade multicultural em Portugal, sensibilizando para as questões do acolhimento e da integração desta diversidade e, ao mesmo tempo, agindo ao nível da prevenção e do combate ao racismo e à discriminação – o programa “Nós”, conduzido pela conhecida apresentadora Cláudia Semedo, continuou até ao fecho do seu ciclo de mais de 10 anos de emissão (março de 2014) a privilegiar a riqueza cultural e social, através de histórias de vida, gastronomia, desporto, cultura e informação.

A par da emissão semanal, o programa “Nós” (programa compacto, de 40 minutos - estreia) com emissão ao domingo na RTP2, manteve a repetição, na RTP1, às 4^{as}. feiras, pelas 15:30, bem como a repetição diária (versão reduzida de 20 minutos), de 2^a a 6^a às 06:05, tendo, também, sido repetido noutros horários na RTP África e RTP Internacional, bem veiculado no YouTube, na RTP Play e no Facebook.

No que respeita ao programa “Gente como Nós”, magazine semanal, de 20 minutos, na Antena 1, cujo último programa foi para o ar no final do mês de junho de 2014 (cerca de 8 anos), procurou continuar a sensibilizar a opinião pública para as questões da integração e do acolhimento. Dele fizeram parte muitas e variadas histórias de vida com o objetivo de dar a conhecer os percursos empreendedores de imigrantes que escolheram Portugal para trabalhar e viver. Foram relatos na primeira pessoa que mostraram o mosaico intercultural em que se transformou a sociedade portuguesa.

No âmbito da renovação e da vontade de desenhar novos meios, mais capazes de irem ao encontro das novas atribuições e, bem assim, dos atuais públicos-alvo do ACM, procurou investir-se em novas janelas oportunidade, tendo-se conquistado espaço em vários programas como foi o caso do Sic Etnias, do reforço da parceria no programa Sociedade Civil, ou a presença noutros programas de larga audiência televisiva, mas também radiofónica. É de registar, também, a frequência mais alargada na imprensa escrita e *online*, onde se verificou uma evolução bastante positiva.

Paralelamente, com o objetivo de sensibilizar os *media*, o ACM, em parceria com o Cenjor, promoveu mais uma edição do seminário “Media, Imigração e Diversidade”, desta vez, em Setúbal, tendo-se, também, associado ao Mediane - Encontro Internacional de Formação para a Diversidade Inclusiva nos Media, promovido pela Comissão Europeia e do Conselho da Europa, em Lisboa.

3. Promoção de eventos de sensibilização

Tendo em vista promover a diversidade cultural e sensibilizar para as questões do combate ao racismo e à discriminação, o ACM promoveu, ao longo do ano 2014, um conjunto de eventos temáticos (conferências, seminários, workshops, lançamentos de livros, etc.) da sua iniciativa, e, também, em parceria com outras instituições, dirigidos a diferentes públicos-alvo.

Procurando alertar e colocar na agenda mediática as principais datas comemorativas/efemérides ligadas

à sua missão, o ACM assinalou, entre outros, o Dia Internacional da Língua Materna, o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, do Dia Internacional da Tolerância, o Dia Internacional das Migrações, tendo-se associado a muitas iniciativas pelo país, ao mesmo tempo que foi anfitrião de vários eventos e acolheu “entre portas” visitas de diversas comitivas nacionais e internacionais.



Figs. 47 a 50 – Eventos organizados pelo ACM

No âmbito da publicidade institucional, o ACIDI/ACM publicou, em 2014 um conjunto de anúncios relativos à divulgação de candidaturas nas diversas Ações do FEINPT, enquanto Autoridade Delegada.

De igual modo foram publicados anúncios no âmbito do Procedimento Concursal de recrutamento de pessoal, em curso.

(69)

V. PROGRAMA ESCOLHAS

(70)

O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações. A sua missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Atualmente na sua 5ª geração, que decorrerá até 31 de dezembro de 2015, o Programa Escolhas mantém protocolos com consórcios locais de inclusão social em comunidades vulneráveis, muitos dos quais localizados em territórios onde se concentram descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

I. Resumo da execução em 2014

No decorrer do segundo ano da 5ª Geração do Programa Escolhas (PE), foram implementados um total de 125 projetos, contabilizando-se os 109 projetos plurianuais que decorrem desde janeiro de 2013, bem como os 16 projetos pontuais que se iniciaram em janeiro de 2014.

A metodologia de acompanhamento e avaliação dos projetos, prevista no artigo 29º do Regulamento do Programa Escolhas, aponta para diferentes níveis de avaliação, sendo a avaliação interna da responsabilidade da equipa técnica do PE e tem como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados previstos em candidatura pelos projetos. Este nível de avaliação inclui a realização de visitas de carácter formal com a presença da equipa técnica do projeto e do consórcio, visitas de carácter informal, visitas em contexto de atividades e visitas sem agendamento prévio, usualmente designadas por visitas surpresa. Deste modo, foram realizadas em 2014 um total de 583 visitas de acompanhamento aos projetos locais.

Destaca-se a visita do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Pedro Lomba, ao projeto Multivivências – E5G, localizado em Espinho, no âmbito da inauguração de um mural no Bairro Ponte de Anta, território de intervenção do referido projeto. O objetivo desta visita foi conhecer a intervenção que é feita neste bairro, designadamente, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo referido projeto junto da comunidade cigana.



Figs. 51, 52 e 53 - Visita do Sr. SEAMADR ao projeto Multivivências - E5G (Espinho)

Ainda no domínio do acompanhamento e avaliação que está definido em regulamento, cabe ao consórcio de cada projeto a elaboração e apresentação de um relatório de autoavaliação com uma periodicidade de semestral. Em 2014, os projetos plurianuais elaboraram dois relatórios de avaliação local referentes aos 12 e 18 meses de intervenção, tendo sido apresentados um total de 218 relatórios de autoavaliação. Quanto aos projetos pontuais, foram apresentados 93 relatórios de autoavaliação bimestrais e 16 relatórios semestrais, perfazendo um total de 109 relatórios produzidos. Assim, e durante o ano de 2014 foram analisados um total de 327 relatórios enviados pelos projetos plurianuais e pontuais.

No que respeita à avaliação interna, a equipa do PE produziu um total de 817 relatórios, os quais englobam relatórios de avaliação central, relatórios relativos às visitas em contexto de atividades e de apoio técnico e às visitas sem agendamento prévio efetuadas nos diferentes territórios de intervenção dos projetos plurianuais e pontuais.

Tal como proposto no Plano de Formação Contínua da 5ª geração, estruturado em parceria com a LOGFRAME e dirigido aos 109 coordenadores de projeto e aos 100 dinamizadores comunitários, continuou-se a utilizar a plataforma *on-line*, Escolhas em Formação. Mais detalhes em: [http://escolhaseformacao.ning.com/.](http://escolhaseformacao.ning.com/)

No plano de formação dirigido aos coordenadores de projeto foram ministrados módulos relacionados com a área do Planeamento e Avaliação de projetos, apostando-se no âmbito do plano de formação dos dinamizadores comunitários, na dinamização de Formação Pedagógica Inicial de Formadores b-Learning com acesso ao CCP – Certificado de Competências Pedagógicas

Procurando cada vez mais constituir-se como centro de recursos, o Programa Escolhas continuou a desenvolver *workshops* temáticos mensais, visando uma maior capacitação das equipas técnicas locais. Estes *workshops* foram, igualmente, abertos a outras organizações fora do universo escolhas, bem como à população em geral.

No ano de 2014 continuou a apostar-se na promoção da visibilidade dos projetos do PE, manifesto em mais de 180.366 visitas ao *website* www.programaescolhas.pt, tendo 73.654 visitantes únicos acedido ao *site* do Programa. Foram produzidas 719 notícias que foram publicadas no *site* do Programa Escolhas, procurando difundir as atividades desenvolvidas pelos projetos locais.

Em 2014, existiu igualmente uma aposta clara na comunicação do Programa Escolhas nas redes sociais, tendo a página do facebook <http://www.facebook.com/programa.escolhas.3> atingindo mais de 9.400 seguidores.



Figs. 54 e 55 - Site e Facebook do Programa Escolhas

A Revista Escolhas prosseguiu, em 2014, o seu objetivo de divulgar o Programa no seio da sociedade portuguesa em geral, continuando a caracterizar-se pela sua gratuitidade. No ano de referência foram editados quatro números (28, 29, 30 e 31). Todas as edições foram impressas com uma tiragem de 500 exemplares, sendo que a grande aposta da sua divulgação foi centrada na sua publicação *online* no *site* do Programa Escolhas. Os temas associados às quatro edições da Revista Escolhas, no ano de 2014, foram os seguintes: Escolhas na Europa e no Mundo (revista nº 28), Escolhas de Portas Abertas (revista nº 29), Emprego e Empregabilidade (revista nº 30) e a revista nº 31 dedicada ao tema da Educação.

(73)



Figs. 56 a 59 - Capas da Revista Escolhas em 2014

Ao nível dos estudos e produção de conhecimento, o Programa Escolhas e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL) constituíram uma parceria com o objetivo de desenvolver um instrumento de avaliação do risco psicossocial das crianças e jovens participantes nos projetos Escolhas. Este projeto é financiado pelo POAT (FSE). Ainda no ano de 2014, e de forma a dar a conhecer as metodologias utilizadas no âmbito dos projetos pontuais, foi realizado no dia 16 de dezembro, no Palácio Foz, em Lisboa, um evento em que foram apresentadas práticas de empreendedorismo inclusivo e em que se procedeu à apresentação da publicação:

Empreendedorismo inclusivo – A experiência do Programa Escolhas – Projetos Pontuais 2014.

Ao longo do ano de 2014, foram vários os eventos nacionais e internacionais em que a equipa Escolhas esteve presente destacando-se, a título de exemplo:

- Conferência Final do projeto “GIVE - Grassroots integration through volunteering experiences”, em Dublin, Irlanda. Projeto-piloto desenvolvido entre 2012 e 2014 em quatro cidades europeias, Dublin (Irlanda), Haia (Holanda), Ipswich (Reino Unido) e Viena (Áustria).;
- Workshop Internacional “Innovative Efforts for Universal Quality Education” - Apresentação de estratégias e metodologias de intervenção ao nível da educação em vários contextos e países, Confederation of Indian Industry, Planning Commission Government of India e OCDE, em Nova Deli, Índia;
- “e-Skills for Jobs High-Level conference”, em Roma, Itália;
- 1ª reunião de coordenação do projeto europeu fit4jobs, em Roma, Itália;
- Conferência Final da Rede Sirius – Rede de Políticas Europeias sobre a Educação de Crianças e Jovens descendentes de Imigrantes, em Bruxelas, Bélgica;
- Foro Internacional “Prevención Social de la Violencia y la Delincuencia Articulando Esfuerzos para Construir Seguridad Ciudadana”, no Museo Soumaya, Cidade do México;
- “6th International Justice Observatory International Conference. Celebrating the 25th anniversary of the Convention on the Rights of the Child”, Ateliers des Tanneurs, Bruxelas;
- Active Inclusion Learning Network, “Disaffected Youth Transnational Peer Review Event”, Roma, Itália.

O Programa Escolhas foi nomeado para o WSIS Project Prize 2014. The contest of WSIS Project Prizes is a unique recognition for excellence in the implementation of WSIS outcomes, constando no seguinte link o relatório onde o Programa foi mencionado: http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/opb/pol/S-POL-WSIS.REP-2014-PDF-E.pdf

Destaca-se, por último, a atribuição do prémio International Award Juvenile Justice without Borders entregue em Bruxelas, pelo Observatório Internacional da Justiça Juvenil, que se refere ao Programa Escolhas como “uma das mais eficientes e eficazes políticas públicas”.

A cerimónia pública de entrega do Prémio, que teve o Alto patrocínio da UNESCO e da Rainha da Bélgica, contou com a presença do Coordenador Nacional do Programa Escolhas e Alto Comissário para as Migrações, Pedro Calado, e decorreu no âmbito da 6ª Conferência Internacional do Observatório Internacional da Justiça Juvenil. O evento contou, ainda, com a participação do Coordenador Nacional

do Escolhas num dos Workshops do Programa, intitulado “Prevention and Diversion mechanisms: validated experiences”, no qual foram feitas as seguintes apresentações: ‘Reflections on the production and the construction of knowledge concerning the youth (criminalized) deviance, regarding a concrete example’ e ‘The ‘Choices’ Program: A Contribution in the Prevention of Juvenile Exclusion in Portugal’. Poderá ser consultada esta informação no *site* do Observatório em: <http://www.oijj.org/en/conferencia-internacional-oijj/2014-bruselas>

No decorrer do ano de 2014 a Liga Escolhas (www.ligaescolhas.com) teve a sua continuidade conforme previsto. Este torneio de Torneio de Futebol 7, contou com a participação de 24 equipas de projetos dos distritos de Lisboa e Setúbal, assentando em três eixos estruturantes: Desporto, Desafios Comunitários e Promoção do Sucesso Escolar. A final da II edição da Liga Escolhas realizou-se no dia 5 de julho, no Estádio José de Alvalade, tendo as equipas e jogadores cumprido com os seus objetivos, tanto a nível desportivo, como escolar e social. Esta final contou a presença do Alto-comissário para as Migrações, do Sr. SEAMADR e do Presidente do Sporting Clube de Portugal.

Com o intuito de dar a conhecer o que cada um dos seus 125 projetos faz localmente nas comunidades, o Programa Escolhas tem apostado na realização da iniciativa Escolhas de Portas Abertas (EPA). Em 2014, a iniciativa foi focalizada, não num programa global descentralizado em cada uma das comunidades, mas sim na mobilização de todos os projetos para um evento coletivo e unificador, numa grande diversidade de atividades. O EPA foi realizado nos dias 19 e 20 de julho na Praça do Martim Moniz, em Lisboa, contando para tal, com o apoio à produção por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Ao longo dos mais de 60 *stands*, foram dinamizadas um conjunto muito atrativo de atividades: *workshops* de artes, pinturas faciais, modelagem de balões, demonstração de dança, atividades desportivas, workshops de rádio e vídeo, entre outras, bem como tertúlias subordinadas ao tema geral da intervenção social com jovens e suas perspetivas de futuro.

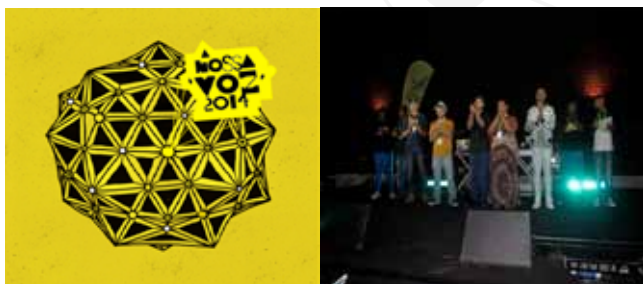
A iniciativa MARES DA e-INCLUSÃO, integrada nas comemorações dos 10 anos de Inclusão Digital do Escolhas, deu o mote aos dois eventos de verão promovidos pelo Programa. Foram envolvidos 88 jovens com idades entre os 14 e os 17 anos, selecionados de acordo com pontuação obtida nos desafios lançados na plataforma escolhas em rede, tendo, igualmente, por base o desempenho escolar e participação no respetivo projeto. Assim, entre os dias 21 a 30 junho, com o apoio da Associação Aporvela, 39 jovens viajaram até Espanha (San Sebastian), no Navio de Treino de Mar Creoula. De 2 a 9 agosto, um novo grupo, constituído por 49 jovens, participou num campo de férias em Penamacor, atividade organizada pelo PE em parceria com a Associação Jovens Seguros.

(75)



Figs. 60 e 61 - Grupo de jovens no Creoula e no Acampamento

A 2ª edição do concurso A Nossa Voz resultou de uma coprodução entre o Programa Escolhas, a EGEAC e o IPDJ, IP - Instituto Português do Desporto e Juventude, com o apoio da Associação Mais Cidadania, tendo como objetivo a emergência de novos artistas musicais. Destinada a jovens dos 14 aos 30 anos – incluiu, após um processo de candidaturas a nível nacional, a seleção de 12 artistas que participaram em ações de formação, o lançamento de um CD coletânea e a promoção dos trabalhos selecionados. O resultado pode ser ouvido e descarregado no site <http://pescolhas.bandcamp.com>.



Figs. 62 e 63 - CD “A Nossa Voz 2014” e concerto final

Foi lançada, em 2014, a 2ª edição do concurso de ideias anual Mundar (www.mundar.pt), a todos os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos. Foram rececionadas 156 ideias que focaram áreas muito diversificadas (reabilitação urbana, criação de hortas comunitárias, negócios sociais na área das TIC, desporto, costura e percursos turísticos, estúdios comunitários, entre outras). As 36 melhores ideias foram aprovadas, numa sessão de Pitch por um júri constituído por representantes dos parceiros envolvidos neste concurso: Torke+CC, Fundação Calouste Gulbenkian e Programa Escolhas. É de referir, ainda, os apoios do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ), da Fundação Aga Khan, da EPIS – Empresários para Inclusão Social, da Junior Achievement Portugal – Aprender a Empreender, da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do Instituto da Segurança Social, da Direção-Geral da Educação e ainda a colaboração da RTP na divulgação do concurso.



Fig. 64 - Sessão de Pitch do concurso Mudar, na Fundação Calouste Gulbenkian

No âmbito da Assembleia de Jovens Escolhas (AJE) foram realizados três encontros realizados em Almada, Coimbra e Porto, respetivamente. Entre as matérias abordadas destacam-se os seguintes temas: “As Convenções e Tribunais”, (visando uma maior compreensão do sistemas jurídico e judiciário, dos direitos, liberdades, deveres e garantias explanados na Constituição da República); bem como os “Media” (visando trabalhar diversas competências relacionadas com a literacia mediática).

(77)



Figs. 65 e 66 - IV Encontro AJE , em Coimbra

O Programa Escolhas, em parceria com o Barclays Bank, implementou o projeto U CAN com o objetivo de atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários, procurando evitar o abandono neste ciclo de estudos. Foram apoiados um total de 48 jovens oriundos de todo o país, tendo sido criada uma rede de mentores voluntários para acompanhar o percurso académico dos jovens. Em novembro de 2014 o Programa Escolhas lançou a 2ª Edição do projeto, o qual será implementado no decorrer de 2015, contando nesta nova edição apenas com o apoio financeiro do Programa Escolhas.



Fig. 67 – Cerimónia de entrega das Bolsas U Can

A Gala Escolhas 2014 decorreu no dia 17 de dezembro, na Casa da Música, no Porto e contou com a presença de um total de 346 pessoas. À semelhança das outras galas, pretendeu-se distinguir, valorizar e reconhecer as crianças, jovens, parceiros e organizações com maior destaque em diversas áreas. O programa incluiu a entrega de prémios nas categorias de Mérito Escolar e Progressão Escolar, Jovem Desportista do Ano, Grupo/Artista do Ano, Empreendedor(a) do Ano, Voluntário(a) do Ano, Associação Juvenil do Ano e Empresa com Responsabilidade Social do Ano, contando igualmente com atuações de grupos que fazem parte do CD A Nossa Voz e atuações de Batida, Octa Push e Marco Génio.



Fig. 68 - Gala Escolhas 2014 na Casa da Música, Porto

Desde o início da 5ª Geração (Janeiro de 2013), foram já envolvidos 67.936 indivíduos, participantes em 478.085 sessões de trabalho realizadas. Destes, 12.066 são participantes diretos, sobre os quais incide um acompanhamento mais regular, e 55.870 participantes indiretos. Durante o ano de 2014, foram envolvidos 51.087 indivíduos, participantes em 245.975 sessões de trabalho. Destes, 11.077 são participantes diretos e 40.010 participantes indiretos. Naturalmente são na sua esmagadora maioria crianças e jovens (74.50%), continuando-se a notar um grande equilíbrio entre ambos os géneros, com um ligeiro predomínio do sexo feminino.

Por medidas, devem salientar-se especialmente as atividades que contribuem para a inclusão escolar e para a educação não formal (Medida I: 28.014 participantes em 64.918 sessões de trabalho) e aquelas que contribuem para a dinamização comunitária e cidadania (Medida III: 26.187 participantes em 55.048 sessões). A Medida IV é aquela que mais sessões de trabalho tem registadas (87.358), envolvendo um total de 22.230 indivíduos.

A distribuição dos participantes em atividades do PE por faixa etária e tal como em anos anteriores, continua a expressar um predomínio óbvio de crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, verificando-se uma maior incidência no grupo etário dos 14 aos 18 anos, acompanhado muito de perto do estrato etário que vai dos 6 aos 10 anos. Deve ainda ser referido o número importante de indivíduos com mais de 24 anos envolvidos nas atividades do PE – familiares ou outros.

Sobre a escolaridade completa dos participantes em atividades do PE durante o ano de 2014, a tendência continua a centrar-se numa maior envolvimento de jovens com o 4º, 6º e 9º ano de escolaridade completa. Serão jovens que na data de realização deste relatório, frequentam o 5º, 7º e 10ºs anos de escolaridade, em maior número no 5º ano.

No que concerne aos 20 indicadores globais (outcomes), da recolha de informação efetuada por todos os projetos, é possível identificar os seguintes resultados:

INDICADORES POR MEDIDA	EXECUTADO	META
Medida I		
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	74%	77%
2. Reintegrações escolares (total)	1.894	1.500
Medida II		
3. Encaminhamentos para formação e emprego (total)	9.039	6.000
4. (Re)integrações em formação profissional e emprego (total)	5.193	3.500
Medida III		
5. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas (N)	2.296	2.000
6. Total de participantes na Medida III	35.774	30.000
Medida IV		
7. Certificar no domínio das TIC (total)	10.531	9.000
8. N.º de participantes nos CID (ind)	30.316	25.000
Medida V		
9. N.º de participantes em associativismo e empreendedorismo (total)	15.348	15.000
10. N.º de associações e iniciativas de emprego criadas (total)	105	120

(79)

INDICADORES GERAIS		
11. Participantes globais (indivíduos)	67.936	60.000
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	30	33
13. Sessões totais com presenças (total)	452.452	400.0000
14. Execução financeira global dos projetos (%)	89,3%	90%
15. Dinam. Comunitários com progressão escolar/projeto de vida (indivíduos)	96	90
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	62	62
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	36.499	34.000
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	1.140	1.100
19. N.º de inserções em comunicação social com referências positivas ao PE	1.715	1.200
20. N.º de visitas ao site do Programa Escolhas	368.130	350.000

Fig. 69 - Indicadores globais em 2014

Num contexto social que se mantém desafiante, podemos verificar que 17 das 20 metas estabelecidas foram superadas durante o ano de 2014. Uma área que continua a demonstrar resultados ligeiramente abaixo do esperado foi o sucesso escolar, que se cifrou nos 74% face aos 77% esperados para o ano letivo de 2013/2014. Ainda assim, é um valor já superior ao do ano anterior o que vem demonstrando um aprofundamento do trabalho a este nível.

Em sentido inverso, os resultados das reintegrações de jovens que estavam ausentes da frequência escolar, foram nesta avaliação bastante positivas e bem acima do definido para este período. Foram até aqui reintegrados na escola cerca de 1894 indivíduos, face aos 1500 esperados. Ainda que se mantenham algumas dificuldades no encaminhamento para respostas alternativas, tipo PIEF e cursos de dupla certificação, os novos CQEP vieram criar novas expectativas.

Com resultados bastante acima do esperado, deve destacar-se em particular a Medida II, nomeadamente no encaminhamento de jovens para soluções de emprego e formação profissional, num total de 9039 indivíduos encaminhado face aos 6000 esperados, e na integração propriamente dita, tendo sido integrados em formação profissional e emprego, 5193 jovens face aos 3500 esperados. Este número corresponde ainda assim a apenas 58% dos indivíduos inicialmente encaminhados.

2. Planeamento para 2015

O planeamento estratégico delineado para o ano de 2015 contempla em termos do acompanhamento e avaliação aos projetos plurianuais e pontuais, um total de quatro rondas de visitas de natureza diversificada, tendo em vista o definido em Regulamento do PE. Para além da realização destas visitas, encontra-se também prevista a análise e avaliação dos relatórios anuais e semestrais elaborados pelos projetos, bem como a produção dos relatórios anuais e semestrais por parte da equipa técnica do Programa.

O plano de formação ministrado pelo PE para coordenadores e dinamizadores comunitários, o qual decorre desde 2013, terminará em abril, culminando todo este processo com a realização de um seminário final, destinado a coordenadores e dinamizadores comunitários. Até final do mês de junho prevê-se a realização de vários *workshops* mensais temáticos, os quais se destinam aos projetos escolhas e ao público em geral.

No decorrer do ano de 2015 dar-se-á continuidade a várias das iniciativas globais já iniciadas em 2014: Concurso de Ideias Mundar, Assembleias de Jovens Escolhas, U CAN e Liga Escolhas. Irão ser dinamizadas outras iniciativas que resultam de parcerias e protocolos que se vão estabelecendo, realçando-se desde já dois novos projetos: Lóva e o Fórum da Reconciliação.

A aposta na comunicação continua a ser uma das áreas essenciais do PE, tanto ao nível do *website* e do facebook, bem como da produção da revista Escolhas. Deste modo, está prevista a produção de quatro números temáticos desta revista.

Em dezembro de 2015 terminará a 5ª geração do Programa Escolhas, sendo este o último ano de intervenção dos projetos que estão atualmente em execução. Deste modo, poderá ser equacionado o lançamento de uma nova geração do Programa.

(81)

VI. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

(82)

I. A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em 2014

Para além de outras atribuições legalmente confiadas ao ACM, cabe-lhe nos termos do disposto no Decreto – Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, Art.º 3.º n.º 2 alínea l) a nobre missão de combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei. Neste sentido, é a CICDR, presidida pelo Senhor Alto-comissário, cuja independência é assegurada pela sua constituição plural, quem efetivamente executa esta tarefa.

Durante o ano de 2014 a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foi constituída pelos seguintes conselheiros:

- Representantes da Assembleia da República: Deputada Elza Pais e Deputada Nilza Mouzinho de Sena
- Representante do Departamento do Governo responsável pela Solidariedade e Segurança Social: Joana Vallera
- Representante do Departamento do Governo responsável pela Educação: Lina Varela
- Representante do Departamento do Governo responsável pelo Emprego e Economia: Fernanda Estevez
- Representantes das Associações de Imigrantes: Djarga Seidi, Joana Ruivo e Iolanda Veiga. À semelhança do que ocorrera em 2013, atendendo ao empate verificado nas eleições realizadas em 2012, Joana Ruivo e Iolanda Veiga acordaram em dividir o mandato, assim, durante o período de 1 ano e seis meses, a Conselheira Joana Ruivo a representante com direito a voto (e Iolanda Veiga poderia participar nas reuniões da CICDR na qualidade de observadora) e depois desse período passou a ter assento na CICDR, com direito a voto a Conselheira Iolanda Veiga.
- Representantes das Associações Anti-Racistas: José Falcão e João Silva
- Representantes das Centrais Sindicais: Catarina Tavares e Carlos Trindade
- Representantes das Associações Patronais: Helena Leal
- Representantes das Associações de Direitos Humanos: Teresa Tito de Morais Mendes e Luís Braga
- Representantes designados pelos restantes membros: Macaísta Malheiros, Gustavo Behr e Victoria Konrad

(83)

No âmbito das funções que nos termos da Lei estão atribuídas à CICDR, durante o ano de 2014 devem salientar-se as seguintes atividades da CICDR:

- Reuniões Plenárias: durante o último ano, foram realizadas três reuniões plenárias, que decorreram respetivamente, a 31 de janeiro, 6 de junho e 26 de setembro.

Refira-se que no final de junho de 2014 a então senhora Dra. Rosário Farmhouse, concluiu o seu mandato enquanto Alta-comissária, iniciado em 2008, tendo Presidido pela última vez à Reunião Plenária na qualidade de Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em 6 de junho de 2014. Veio a suceder-lhe a 1 de julho seguinte, o atual Alto-comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, que preside à primeira Reunião Plenária da CICDR em 26 de setembro de 2014.

No âmbito destas reuniões, mantendo a linha de atuação em matéria de defesa pelo tratamento de todas as pessoas assente no princípio da igualdade constitucionalmente consagrado, a CICDR tomou conhecimento, pronunciou-se, emitiu pareceres e deliberou, sobre vários assuntos, designadamente:

- Acompanhamento da evolução dos principais processos de contraordenação e queixas decorrentes da prática de atos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica ou em função da nacionalidade.
- Intervenção da representante da Procuradoria-Geral da República no âmbito do Protocolo de cooperação com o ACM.
- Apresentação do Relatório Anual 2013 – UVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial;
- Apresentação dos 4 Manuais de boas práticas do Projeto Netkard – Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination;
- Apresentação do Relatório anual da ENAR (European Network Against Racism) – “Racism and related discriminatory practices in employment in Portugal”, ONG Europeia (março de 2012 a março de 2013).

No âmbito das ações ordinárias da CICDR, há a assinalar, as seguintes atividades:

- Na sequência da realização de um Concurso de Poesia / Conto Contra o Racismo, com o objetivo de promover a poesia / conto enquanto veículos de combate ao racismo cujo lançamento assinalou o Dia Internacional de Luta pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (instituído pelas Nações Unidas) e aliado ao Dia Mundial da Poesia, (21 de Março de 2013) o ACM, através da CICDR, promoveu o lançamento, em papel do Livro 39 Poemas E Contos Contra O Racismo” que decorreu no CNAI de Lisboa em 6 de junho de 2014”.

- Sob o mote “Ódio Não” participámos na formação de ativistas online - Campanha Movimento Contra o Discurso de Ódio, promovida pela Rede de Jovens para a Igualdade, apoiados pelo Programa Cidadania Ativa.
- No âmbito das comemorações do “Dia Internacional do Migrante”, na Mouradia - Casa Comunitária da Mouraria, a CICDR marcou presença, participando no debate subordinado ao tema “Pessoas e não números” dando a conhecer o papel que desempenha no combate à discriminação.
- A CICDR em estreita cooperação com o GACI, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, participou na formação contínua do Projeto dos mediadores Municipais, capacitando os formandos com um módulo sobre combate à discriminação, procedimentos, composição e formas de atuação da Comissão.

Efetuada uma breve análise do total das queixas recebidas em 2014: foram recebidas pela CICDR 60 queixas e 13 pedidos de informação. Das queixas resultaram os seguintes desenvolvimentos:

	N
Processos de contraordenação enviados às inspeções-gerais competentes	18
Participações enviadas à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	1
Participações reportadas à Linha Internet Segura	1
Participações enviadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)	12
Participações incompletas/incorretas	20
Processos iniciados previamente pelas Inspeções-Gerais	1
Matéria Criminal	1
Situações de Mediação	6
Total	60

Fig. 70 - Desenvolvimentos das queixas recebidas em 2014

As 60 queixas motivadas em alegadas situações discriminatórias distribuem-se pelas seguintes áreas: 4 relativas a forças de segurança, 5 no âmbito da saúde, 2 em transportes públicos, 3 dos media, 4 em relações de vizinhança, 5 na área da educação, 1 na área laboral, 5 em comércio, 3 no âmbito da habitação, 3 no âmbito das relações com Juntas e Câmaras, e 5 em outros serviços públicos, 3 não especificam não sendo possível apurar e 1 queixa é em simultâneo de várias áreas de atuação.

(85)

2. Comissão Permanente da CICDR

À Comissão Permanente da CICDR cabe, o acompanhamento da tramitação de processos de contraordenação no domínio da discriminação em função da raça, nacionalidade ou origem étnica. Sendo que, quando rececionado o relatório final, elaborado pelas respetivas Inspeções gerais no final da fase instrutória, cabe-lhe pronunciar-se, de forma não vinculativa, sobre a sanção e aplicação das coimas e sanções acessórias. Estas pronúncias designam-se por Deliberações.

Dos processos submetidos à sua apreciação, em 2014 decorreram as seguintes deliberações:

- Sete propostas de arquivamento de processos contraordenacionais por força das propostas constantes dos relatórios finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos processos;
- Três solicitações de reabertura de instrução e solicitação de diligências complementares de prova e/ou esclarecimentos adicionais às inspeções gerais competentes;
- Seis deliberações no sentido das partes prestarem declarações adicionais face ao teor dos relatórios finais;
- Duas decisões de condenação de arguido, um correspondente a pessoa singular e outro a pessoa coletiva.





VII. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

(88)

I. Redes e projetos internacionais

Dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, em 2014 o ACM continuou a participar e a dar pareceres para inúmeras redes europeias e internacionais. Neste âmbito faz-se o destaque para:

- Participação na Rede de Pontos Nacionais de Contacto de Integração da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2014 o ACM ficou como ponto focal nas atividades da Rede supra, que permite acompanhar os trabalhos da Comissão Europeia e trocar experiências com os outros Estados Membros sobre políticas de integração dos imigrantes. O ACM manteve uma estreita articulação com esta rede, contribuindo com inúmeros pareceres.
- Participação na Plataforma para Acompanhamento da Implementação das Estratégias Nacionais de Inclusão dos ROMA: O ACM continuou a assegurar a representação nacional neste Fórum, criado em 2011, tendo assegurado presença no encontro de pontos focais de 2014, e contribuído com pareceres para alguns documentos europeus nesta vertente.
- Participação na FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2014, o ACM enquanto ponto focal nacional, participou nas atividades e reuniões da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O objetivo das reuniões realizadas foi permitir um aprofundamento e análise dos objetivos, estratégias, boas práticas da referida Agência e ajudar a coordená-las ao nível nacional com os diversos organismos responsáveis nas áreas de atuação em que esses objetivos, estratégias se enquadram.
- Participação na EQUINET – European Network of Equality Bodies: em 2014 o ACM continuou a integrar as organizações representadas nesta rede que combatem a discriminação em contexto nacional, participando mais ativamente nos grupos de trabalhos na vertente do combate à discriminação de base racial e étnica.
- Participação na Comissão Nacional de Direitos Humanos: dando continuidade aos trabalhos de anos anteriores, em 2014 o ACM integrou a delegação nacional de pontos focais e de peritos que respondem a inúmeros pareceres de resposta a pedidos internacionais na vertente dos direitos humanos, nomeadamente dos imigrantes e das comunidades ciganas. Neste âmbito em 2014 o ACM participou, nomeadamente, no segundo exame Periódico Universal sobre Portugal (UPR – Portugal, abril 2014) e na quarta avaliação a Portugal no âmbito da aplicação do Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais (PIDESC, novembro de 2014), promovido pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

A Comissão Europeia tem vindo a apoiar ações e projetos que promovem a avaliação das políticas de integração dos imigrantes e a identificação de práticas inspiradoras nos Estados-membros de resposta às necessidades dos imigrantes. O ACM tem participado como parceiro português em diversos projetos

(89)

que visam o estudo das políticas de integração de imigrantes nas suas variadas dimensões (e.g. habitação, discriminação, acesso à nacionalidade, partidos políticos, reagrupamento familiar, altamente qualificados, literacia financeira). No ano de 2014 destacam-se os contributos para os seguintes projetos:

- FARE – Family reunification in an European perspective: entre Outubro de 2013 e Julho de 2014 o ACM participou neste projeto europeu, coordenado pela OXFAM – Itália, e cofinanciado pelo fundo europeu de integração de nacionais de países terceiros (FEINPT) e o Ministério do Interior de Itália. Neste projeto o ACM participou pelas boas práticas desenvolvidas em Portugal na vertente da política de integração e reagrupamento familiar de imigrantes.
- DivPol - Diversity in Political Parties Programmes, Organisation and Representation (HOME/2011/CFP/EIFX/CA/4000001978 – projeto financiado pelo European Integration Fund 2011): em 2014 o ACM enquanto o parceiro português concluiu os trabalhos deste projeto europeu, iniciado em dezembro de 2012, que resultou da parceria entre entidades de oito países europeus e com coordenação da CJD Eutin (Alemanha). O projeto DivPol (mais informações em www.cjd-eutin.eu/149.o.html?L=2) pretendeu estudar a diversidade étnica e cultural dentro dos partidos políticos. Reconhecendo que as migrações trazem desafios para as estruturas política, económica, cultural e social das sociedades europeias, este projeto europeu procurou monitorizar alguns dos desafios que se colocam, em particular, na integração dos imigrantes na esfera política. A capacidade dos partidos políticos para se abrirem, enquanto organizações, aos imigrantes, contribui ainda para o incremento das oportunidades de participação destes cidadãos na vida pública. Neste âmbito o ACM promoveu a realização de 3 focus groups com membros de partidos políticos e representantes das comunidades imigrantes, e a realização de inúmeras entrevistas com políticos com e sem origem imigrante, membros de partidos políticos com e sem origem imigrante, e atores relevantes, nomeadamente anteriores altos-comissários ou políticos com a tutela das políticas da integração de imigrantes, representantes das comunidades imigrantes e líderes de associações de imigrantes, e realizou o relatório de Portugal, participando nos trabalhos do relatório comparado europeu.
- Projeto NET-KARD – Cooperation and Networking between Key Actors against Roma Discrimination (JUST/2012/FRAC/AG/2848 – projeto financiado pelo European Commission Fundamental Rights & Citizenship Programme): em 2014 o ACM, enquanto parceiro português, concluiu os trabalhos no projeto europeu coordenado pela Fundación Secretariado Gitano de Espanha. Numa abordagem integrada e centrado no uso de uma metodologia de trabalho em rede entre os diferentes intervenientes, este projeto teve como objetivo central fornecer recursos aos profissionais para a prevenção da discriminação contra as comunidades ciganas, através da melhoria das práticas e metodologias existentes, replicando-as nos países parceiros do projeto, analisando a sua eficácia em diferentes contextos e obtendo linhas de orientação que possam ser utilizadas por qualquer país europeu. Em 2014 o ACM participou na consolidação e adaptação

de quatro guias de combate à discriminação para o contexto nacional dirigidos a quatro grupos distintos - juristas, jornalistas, técnicos que trabalham em ONG e polícias.



Figs. 71 a 74 – Guias Netkard

(91)

2. Comunicações do ACM em conferências e encontros internacionais

A internacionalização das políticas de integração de Portugal e/ou o seu reconhecimento como boas práticas, em especial no contexto europeu, têm motivado o convite ao ACM para a apresentação em conferências internacionais. No ano de 2014 destaca-se a participação com comunicações de elementos da equipa do ACM nas seguintes conferências:

- Duas comunicações - uma acerca de “Lisbon one-stop-shop” no Workshop “Inclusion, One-Stop-Shops, a Culture of Welcome – solutions for the management of immigration and integration in the future?” e outra acerca de “Policies and their impacts on immigrant entrepreneurship: the Portuguese case” no Workshop “How to set up a business – the arrival process in Germany redesigned” – no IQ-Congress 2014. Come to stay – on the future of integration in Germany, 4-5 de fevereiro de 2014, Berlin – Alemanha.
- Comunicação acerca de “Immigrant integration indicators in Portugal: possibilities and challenges shaped by official sources”, no International Workshop Immigrants’ Integration: Policy and Practices”, promovido no âmbito da Mediterranean Network for the Integration of Migrants, a 30 de maio de 2014 em Lisboa.

Comunicação na Conference Diversity in Political Parties que decorreu em Bruxelas a 12 de junho de 2014 na Delegação da Catalunha na União Europeia (mais em <http://www.migpolgroup.com/final-divpol-conference-brussels-12-june-2014/>).

Comunicação acerca de “Family Reunification in Portugal: What can be learned in the legal framework and what inspiring integration services?” na conferência internacional “Family Reunification in a European Perspective”, promovida pela OXFAM – Itália, em Arezzo, Itália, entre 18 e 20 de junho de 2014.

Comunicação acerca de “Policies and their impacts on immigrant entrepreneurship investment: the Portuguese case”, no âmbito do Workshop “A Business Case for Migration”, na conferência internacional Metropolis “Energy for the planet, feeding cultures”, que decorreu em Milão, Itália, entre 3 e 7 de novembro de 2014.



3. Distinções

O ACM e os programas que promove têm sido, ao longo dos anos, alvo de inúmeros prémios e reconhecimentos internacionais. O ano de 2014 ficou marcado por mais um prémio internacional, neste caso atribuído ao Programa Escolhas. Em dezembro de 2014 o Programa Escolhas recebeu o Prémio bienal Justiça Juvenil Sem Fronteiras, atribuído pelo Observatório Internacional da Justiça Juvenil, organização internacional com sede na Bélgica, empenhada na promoção dos direitos das crianças. A distinção reconheceu o mérito do Programa Escolhas enquanto uma das mais eficazes e efetivas políticas públicas de promoção da inclusão social de crianças e jovens em risco, tendo em conta todo o trabalho desenvolvido, desde 2001, na inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos sócio económicos vulneráveis, em particular de descendentes de imigrantes e minorias étnicas, na lógica da igualdade de oportunidades e de melhorias da coesão social. O Prémio foi entregue numa cerimónia pública que contou com o Alto patrocínio da UNESCO e que teve lugar, em Bruxelas, na Câmara Municipal, por ocasião de uma conferência anual do Observatório Internacional da Justiça Juvenil.



Fig. 75 – Atribuição do Prémio Justiça Juvenil sem Fronteiras, em Bruxelas

(93)

VIII. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

(94)

I. Orçamento do ACM

Reforçando a sua eficiência, e não descurando, ainda assim, a sua eficácia, o ACM, IP tem vindo a apresentar uma execução orçamental decrescente nos últimos anos como se pode verificar no gráfico abaixo. Em 2014 a execução do orçamento ficou pouco acima dos 5,6 M€, uma redução de 11% face aos 6.3 M€ em 2013 e de 17% face a 2012 (-1.1 M€). Esta evolução é visível no quadro em baixo:

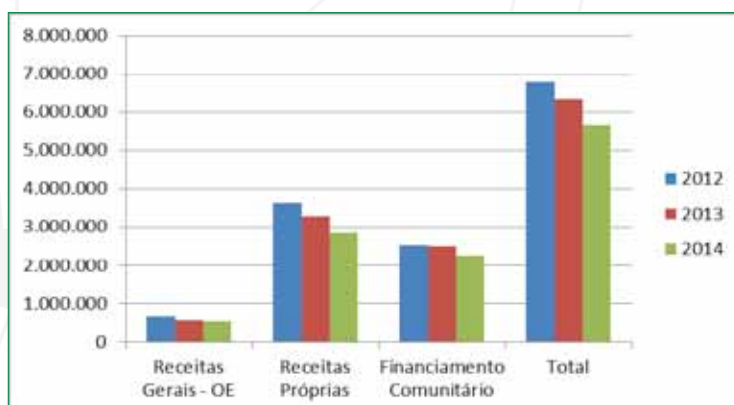


Fig. 76 - Execução Orçamental do ACM em 2014

Esta forte contenção em 2014 sentiu-se essencialmente pela queda nas transferências que o ACM recebe de outros organismos da Administração Central. De facto, analisando o orçamento do ACM, IP a evolução das três grandes fontes de financiamento foi a seguinte:

- Receitas Gerais do Orçamento do Estado representam 10% do financiamento (0,55M€, tendo esta verba se mantido relativamente constante face ao ano anterior;
- Receitas Próprias, suportaram 50% da despesa executada no montante de 2.8M€, representando uma quebra de 13% face ao ano transato (3,3M€ em 2013);
- Financiamento comunitário, que tem vindo a assumir uma importância crescente no orçamento do ACM, IP representou em 2014 os restantes 40% do orçamento (2,2 M€) ligeiramente abaixo do ano anterior (2,5M€).

O financiamento comunitário resultou predominantemente dos diferentes projetos desenvolvidos pelo ACM, IP no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) no âmbito do SOLID;

Estas fontes de financiamento foram fundamentais para o desenvolvimento de inúmeras atividades nas diferentes áreas de intervenção do ACM, permitindo o reforço de alguns dos serviços prestados para uma melhor integração das populações imigrantes. Destaque-se o papel do cofinanciamento comunitário nas seguintes vertentes:



Figs. 77, 78 e 79 – Logótipos do POPH, QREN e FSE

Durante o ano 2014, o POPH continuou a cofinanciar alguns dos serviços promovidos pelo ACM, com destaque para: os CNAI Lisboa, Porto e extensão de Faro; o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante; o Projeto-Piloto de Mediadores Municipais; o Programa Português para Todos (PPT); o Programa Escolhas; as publicações do Observatório da Imigração; Espaços de partilha do conhecimento (e.g. Seminários); materiais de disseminação de informação para imigrantes e de sensibilização para a interculturalidade e diversidade.



Fig. 80 – Logótipo do FEINPT

Por outro lado, o FEINPT cofinanciou em 2014 outras áreas de intervenção do ACM, onde se destacam as seguintes: o projeto Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos (MISP); o Website (Portal do ACM) e Publicações; o programa de televisão “Programa Nós”; o projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) e as atividades de coordenação da Rede GIP Imigrante; o projeto Educação para Todos; e apoiou os Projetos Municipais de Promoção da Interculturalidade.

Continuando a grande aposta de desenvolver a sua missão através da cooperação estreita com a sociedade civil, em particular com as Associações de Imigrantes e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham em prole dos/as imigrantes, o ACM voltou a alocar a maior fatia do seu orçamento global – cerca de 45%, o correspondente a 2,5M€ (3,5M€ em 2013) – para o agrupamento económico 04 Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos.

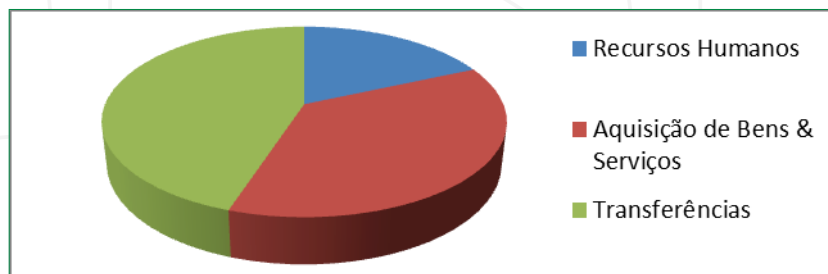


Fig. 81 – Alocação orçamental por agrupamentos económicos

Estes meios orçamentais destinaram-se a apoiar e estimular a rede associativa imigrante, bem como as associações nacionais que trabalham com as populações imigrantes, promovendo a sua participação na definição e implementação das políticas de integração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a sua integração na sociedade portuguesa.

As despesas com as Aquisições de Bens e Serviços representaram globalmente 37% do total do Orçamento (ca. 2M€), representando este valor um aumento relativamente a 2013 no montante de 0.3M€ pois assumiram especial relevância as seguintes prestações de serviços:

(97)

- Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas;
- Avaliação intercalar do programa Português Para Todos (PPT);
- Conceção e produção de uma plataforma de recursos digitais para servir o programa Português Para Todos;
- Serviços de desenvolvimento de plataforma Gestão aplicação Fundos Comunitários;
- Avaliação externa Projeto Promoção Empreendedorismo Imigrante (PEI);
- Avaliação externa Projeto-Piloto Mediadores Municipais (PPMM);
- Avaliação externa Projeto Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos;
- Serviços de desenvolvimento e produção de programas televisivos e de rádio;
- Serviços Prototipagem Portal Institucional do ACM.

Finalmente as Despesas com Pessoal (Agrupamento Económico 01) representaram globalmente apenas 18% do Orçamento Global, cerca de 1M€. Ligeiramente abaixo do que se verificou em 2013 (1.1M€) apesar do Acórdão do Tribunal Constitucional, o que se explica pela saída de Recursos Humanos, mantendo-se o Instituto em fase de constituição do seu Mapa de Pessoal.

Em 2014, o ACM, IP assinou com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna um contrato de Delegação de Competências a partir do qual este Instituto assumiu a responsabilidade pela execução do Programa Anual de 2013 do FEINPT no âmbito do SOLID como Autoridade Delegada. No prosseguimento destas competências é função do ACM receber através da Autoridade Responsável (SGMAI) as verbas transferidas pela Comunidade Europeia e efetuar os pagamentos aos beneficiários finais. Com estas novas funções, o ACM deixa de ser beneficiário destes fundos comunitários pelo que já não entram no seu orçamento, passando estes recebimentos e pagamentos a ser registados extra orçamento.

2. Auditorias

O ACM, IP como Instituto que participa em diferentes Projetos cofinanciados por Fundos Comunitários é alvo de diversas ações de Auditoria por parte das diferentes entidades competentes. Entre estas destacaram-se em 2014 a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a Inspeção Geral das Finanças e a própria Comissão Europeia. As Verificações no Local por parte do POPH ou por parte da SGMAI foram também frequentes sendo de destacar a boa cooperação que existiu entre o ACM e estas entidades assim como o bom resultado dos Relatórios de Auditoria em que foram assinaladas pequenas e pontuais correções financeiras.

Foi também bastante gratificante para o ACM o reconhecimento por parte da Comissão Europeia do valor acrescentado por este Instituto na implementação dos projetos FEINPT enquanto Autoridade Delegada por terem sido demonstrados conhecimentos especializados, profissionalismo, capacidade e garantias de um sistema de monitorização e gestão adequados.

A Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) efetuou também uma auditoria sobre todos os procedimentos de contratação pública constantes do CCP desenvolvidos pelo ACM da qual resultou um relatório final aprovado em fevereiro de 2014 no qual são efetuadas recomendações que o ACM já pôs em prática e no qual é recomendado a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, plano que já foi elaborado, aprovado e posto em prática antes do final do ano.

3. Equipa do ACM e equipa de parceiros

A equipa do ACM, em 2014, foi constituída pelos seguintes elementos:

- Alta-comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural: Rosário Farmhouse, até 30 de junho;
- Alto-comissário para as Migrações: Pedro Calado, a partir de 1 de julho;

Gabinete da/o Alta/o-Comissária/o:

- Chefe de Gabinete: Duarte Miranda Mendes, até 31 de julho;
- Adjunta para Assessoria de imprensa e Recursos Humanos: Susana Antunes;
- Secretária: Jucineia Souza;
- Motorista: Rui Mateus;

Diretor do ACM: Bernardo Sousa;

Coordenadora dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante: Marisa Horta;

Gestor do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa: Mário Ribeiro;

Coordenadora do Gabinete Técnico dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes: Rita Gonçalves

Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes: Isabel Cunha

Coordenadora do Gabinete Português para Todos: Gabriela Semedo

Colaboradora: Fernanda Rodrigues;

Coordenadora do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação: Elisa Luís

Colaboradoras: Ana Correia e Margarida Caseiro (até junho)

Coordenadora do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação: Isabel Baía

Coordenadora do Gabinete Administrativo e Financeiro: Tatiana Botelho

Colaboradoras: Maria João Fouto, Maria José Capacete, Celeste Barreiras, José Mateus, Bruna Bilro, Dina Santos;

Coordenadora do Gabinete de Estudos, Relações Internacionais e Direitos Humanos: Catarina Reis Oliveira

Colaboradores: Vasco Malta e Natália Gomes

Coordenadora do Plano Estratégico para as Migrações: Cristina Casas

Colaboradora: Susana Oliveira

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais: Paula Moura;

Coordenadora do Gabinete de Educação, Formação e Mediação Intercultural: Cristina Milagre

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas: Maria Helena Torres (até 30 de junho);

(99)

Programa Escolhas

Diretor do Programa Escolhas: Pedro Calado

Colaboradores/as e consultores: Alexandra Fabião, Angella Graça (meio tempo), Artur Cabral, Francisco Madeira, Cristina Gonçalves, Glória Carvalhais, Inês Reis (consultora jurídica, a meio tempo), Inês Rodrigues (consultora para a comunicação, a meio tempo), Joaquim Pedro Mahando (desde novembro), Júlia Santos, Ludmila Ribeiro, Luísa Borges, Luísa Malhó, Marta Carvalho, Marina Pedroso, Nuno Cristóvão, Paula Silva, Paulo Vieira, Rita Castro, Rui Dinis, Salete Lemos, Tatiana Gomes, Teresa Batista.

À equipa do ACM I.P. juntam-se as/os mediadoras/es interculturais, enquadradas/os nos serviços através de protocolos com Associações de Imigrantes e Organizações Não-Governamentais. Tal como em anos anteriores, em 2014, as/os mediadoras/es interculturais tiveram um contributo fundamental para o desenvolvimento das atividades descritas neste Relatório:

Adnilson Santos,	Eliseu Lopes,	Marco Alvarez,	Sandra Intchasso (até julho),
Albertina Afonso,	Elsa Antunes,	Maria Demian,	Sandrina Santos,
Alexandra Ferreira,	Élsio Domingos,	Mariana Campilho,	Sarah de Negreiros,
Álvaro Gaspar,	Emília Santos,	Mariana Melenti,	Sergiu Albu,
Ana Couteiro,	Esmeralda Pedro (até julho),	Marianna Kasyanova,	Sónia Almada,
Ana Cunha,	Georgina Funny,	Marisa Vieira,	Sueli Martins,
Andreia Santos,	Gonçalo Salgado,	Marlene Jordão,	Susana Godinho,
Anelide Pereira,	Hermínia Firmino,	Marta Pereira,	Svetlana Alves,
Ângela Ramos,	Igor Skitsko,	Mónica Barbosa,	Tatiana Albu,
Assunção Sousa,	Iolanda Cruz,	Natalia Tarasenko,	Valéria Repina,
Aurora Doana,	Isabel Lima,	Natália Trofimova,	Vera Ciubotaru,
Bárbara Duque,	Isabel Rolim,	Neila Karimo,	Vlademiro Duarte e
Berill Baranyai,	Joana Jianu,	Noémia Monteiro,	Zaida Furtado.
Carlos Nobre,	João Leite,	Olga Basileeva,	
Carmem Tavares,	José Bernardo,	Olga Ferreira,	
Catarina Duarte,	José Fernandes,	Olga Pavlik,	
Cátia Almeida,	José Lino Neves,	Oxana Sphuy,	
Cidália Pinto,	Júlia Cruz,	Patrícia Dias (até agosto),	
Clarisse Vistas,	Larysa Mikulich,	Paula Ferreira,	
Cláudia Monteiro,	Lígia Almeida,	Paulo Rodrigues (até agosto),	
Cláudia Pires,	Lúcia Marques,	Raisa Machindonschi (até junho),	
Cristina Gomes,	Ludmila Donoaga,	Rita Gonçalves,	
Cristina Ribeiro,	Lyubov Patravchan,	Rogério Lopes,	
Cristina Rodrigues,	Lyudmila Tkachuk,	Rosete Royet,	
Dulcineia Varela,	Manuel Fidalgo,	Rute Carvalho,	
Elena Oliveira,	Manuela Belino,	Sandra Costa,	

